



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

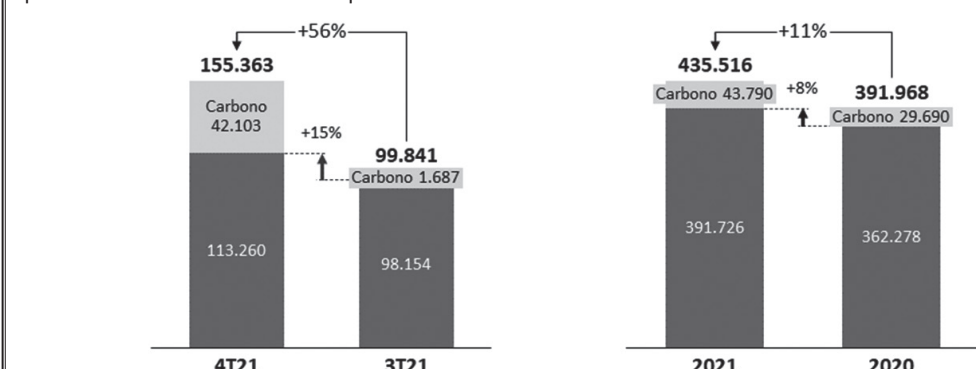
CNPJ: 11.421.994/0001-36

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2021 ficou marcado em nossa história como o ano em que OrizonVR fez sua listagem na B3 resultando em um modelo de negócio resiliente, construído em cima de pilares de forte potencial de crescimento, receitas previsíveis e altas barreiras de entrada. Como reconhecimento deste modelo, terminamos o ano com mais de 8.000 investidores e uma valorização da ação (ORVR3) de 22% ante o desempenho da Bovespa de -12% no mesmo período. A palavra que representa este ano deve ser entrega. Entregamos os resultados econômicos prometidos com um crescimento de 15,7% do EBITDA YOY atingindo R\$177,4 milhões no ano com margem de 40,7% e mais importante ainda, construímos a base de crescimento que multiplicará o tamanho da companhia em 2022 e nos próximos anos. Nas entregas de crescimento orgânico, vale destacar (i) o aumento das capacidades das usinas termelétricas de Jaboatão dos Guararapes e João Pessoa, respectivamente em 50% e 33%, (ii) o aumento na geração de créditos de carbono em 10% com a captura de preços 100% superiores em relação aos comercializados em 2020, (iii) o início da construção da maior planta de triagem mecanizada da América Latina que entrará em operação em maio de 2022 e (iv) a vitória no leilão de energia nova A-5, em setembro de 2021, obtendo um PPA de 105.120 MWh/ano por 20 anos ao preço de R\$549,35/MWh para URE Barueri. Nas entregas de crescimento inorgânico, a Orizon iniciou diversos processos de aquisição de aterros sanitários ("bancos de lixo") com potencial de triplicar seu volume de resíduos sob gestão. Até o momento, anunciamos a evolução de dois importantes processos de aquisições que duplicarão o volume de resíduos sob gestão em 2022. Na primeira, fomos sagrados vencedores do leilão da UPI Aterros (7 aterros mais uma unidade de beneficiamento de resíduos) e na segunda adquirimos um aterro sanitário em Cuiabá, ambos a preços atrativos e com alto retorno para nossos investidores. Ainda no campo do crescimento por M&As, nos próximos meses a Orizon pretende concretizar mais algumas aquisições.

RESULTADOS FINANCEIROS CONSOLIDADOS

1. Receita Operacional Líquida ("ROL"): A Receita Operacional Líquida no 4T21 totalizou **R\$ 155,4 milhões**, crescimento de 55,6% na comparação com a receita do 3T21. No acumulado do ano, a **Receita Operacional Líquida** foi de **R\$ 435,5 milhões**, aumento de 11,1% quando comparado com o ano anterior. Os principais destaques do melhor desempenho no 4T21 são: (i) crescimento na geração de crédito de carbono com melhores preços negociados e (ii) crescimento na geração de energia com melhores preços de venda no mercado de curto prazo. O gráfico abaixo apresenta os números de receita líquida total:



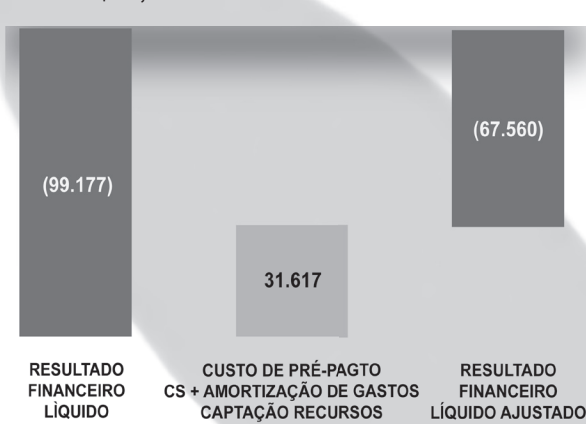
2. Custos e despesas: Os Custos e Despesas Operacionais totalizaram **R\$ 94,8 milhões** no 4T21 (excluindo o "Pagamento Baseado em Ações, nota explicativa nº7), crescimento de 20,4% em relação ao 3T21 e 35,1% na comparação com o 4T20. No acumulado do ano, os Custos e Despesas Operacionais (excluindo o "Pagamento Baseado em Ações, nota explicativa nº7") foram de **R\$ 314,7 milhões**, refletindo um aumento de 6,7% em relação ao ano anterior.

Custos e Despesas (R\$ mil)	4T21	3T21	4T20	Var.(%) 4T21 x 3T21	Var.(%) 4T21 x 4T20	2021	2020	Var.(%) 2021 x 2020
Pessoal (salários e ordenados)	19.756	27.271	16.070	-27,6%	22,9%	125.613	59.730	110,3%
Materiais de Produção e Consumo	11.609	12.048	17.496	-3,6%	-33,6%	44.808	39.428	13,6%
Aluguéis	3.605	3.472	4.930	3,8%	-26,9%	13.116	15.145	-13,4%
Outorgas	5.158	2.152	2.901	139,7%	77,8%	12.135	11.176	8,6%
Energia	6.658	7.136	12.228	-6,7%	-45,6%	35.663	48.100	-25,9%
Outros	47.321	30.311	16.586	56,1%	185,3%	125.221	121.511	3,1%
Total Custos e Despesas	94.107	82.390	70.211	14,2%	34,0%	356.556	295.090	20,8%
Pagamento Baseado em Ações (Pessoal)	(773)	3.584	-	-121,6%	-	41.788	-	-
Total Custos e Despesas (ex-Pgto Baseado em Ações)	94.880	78.806	70.211	20,4%	35,1%	314.768	295.090	6,7%

3. Resultado Financeiro: O Resultado Financeiro no 4T21 foi negativo em **R\$ 51,9 milhões** aumento de 264,4% na comparação com o 3T21, e aumento de 186,4% em relação ao 4T20. No acumulado do ano, o **Resultado Financeiro** foi negativo em **R\$ 99,1 milhões**, aumento de 77,7% quando comparado com o ano 2020. A tabela abaixo apresenta a abertura das receitas e despesas financeiras com destaque para os juros de empréstimos e financiamentos que representam em 2021 cerca de 34,2% do total das despesas financeiras da Companhia.

Resultado Financeiro (R\$ mil)	4T21	3T21	4T20	Var.(%) 4T21 x 3T21	Var.(%) 4T21 x 4T20	2021	2020	Var.(%) 2021 x 2020
Recargas Financeiras	3.268	9.664	(3.268)	-66,2%	-200,0%	26.520	26.474	0,2%
Juros de empréstimos (13.141)	(5.973)	(12.308)	120,0%	6,8%	(43.026)	(42.876)	0,3%	
Amortização de gastos na capt. de recursos (15.354)	(980)	-	1.466,7%	-	(20.057)	-	-	
Custos de pré-pagamento de dívidas (11.560)	-	-	-	-	(11.560)	-	-	
Outras Despesas Financeiras (15.110)	(16.945)	(2.546)	-10,8%	493,5%	(51.054)	(39.425)	29,5%	
Despesas Financeiras (65.165)	(23.898)	(14.854)	130,8%	271,4%	(125.697)	(82.301)	52,7%	
Total Resultado Financeiro (61.897)	(14.234)	(18.122)	264,6%	186,4%	(99.177)	(55.827)	77,7%	
% Juros de empréstimos / Desp. Financeiras	23,8%	25,0%	82,9%			34,2%	52,1%	

Desconsiderando com os custos envolvidos no pré-pagamento da dívida com o Credit Suisse, o Resultado Financeiro Líquido Ajustado seria negativo em **R\$ 67,6 milhões**.



4. Ebitda: O EBITDA Ajustado no 4T21 totalizou **R\$ 76,6 milhões**, crescimento de 100,5% na comparação com o 3T21. No acumulado do ano, o **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 177,4 milhões**, crescimento de 15,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA (R\$ mil)	4T21	3T21	4T20	Var.(%) 4T21 x 3T21	Var.(%) 4T21 x 4T20	2021	2020	Var.(%) 2021 x 2020
Receita Operacional Líquida	155.363	99.841	103.018	55,6%	50,8%	435.516	391.968	11,1%
Lucro Líquido (Prejuízo) do Período	(15.032)	(1.349)	6.435	1.014,3%	-333,6%	(55.507)	23.610	-335,1%
IR e CSLL	21.959	6.923	10.344	217,2%	112,3%	36.014	23.811	51,2%
Resultado Financeiro	51.897	14.234	18.152	264,6%	185,9%	99.177	55.857	77,6%
Depreciação	17.707	13.134	13.165	34,8%	34,5%	53.398	50.029	6,7%
EBITDA Contábil	76.531	32.942	48.096	132,3%	59,1%	133.082	153.307	-13,2%
Pagamento Baseado em Ações	(773)	3.584	-	-121,6%	N/A	41.788	-	-
Efeitos Não-Recorrentes (custos transações M&A)	862	1.687	-	-48,9%	N/A	2.549	-	-
EBITDA Ajustado	76.620	38.213	48.096	100,5%	59,3%	177.419	153.307	15,7%
Margem EBITDA Ajustado ⁶	49,3%	38,3%	46,7%			40,7%	39,1%	

Balancos patrimoniais em 31/12/2021 e 2020 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	295	1	2.917	6.044
Títulos e valores mobiliários	4	227.328	5	398.458	10.511
Contas a receber de clientes	5	-	-	163.362	112.143
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	974	6	7.136	9.758
Adiantamentos	8.a	2.204	4.129	31.276	17.061
Total do ativo circulante		230.801	4.141	603.149	155.517
Ativo Não Circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	9.168	8.110	9.041	8.135
Contas a receber de clientes	5	-	-	14.660	9.730
Partes relacionadas	7	27.027	5.982	7.015	8.485
Dépósitos judiciais e cauções	17.c	11	11	6.579	8.498
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.d	3.582	-	69.563	82.727
Adiantamentos	8.a	-	-	6.194	5.999
Investimentos	9	819.547	743.923	4.422	-
Imobilizado	10	-	-	375.789	284.195
Intangível	11	-	-	90.841	96.374
Direito de uso	12	-	-	18.810	11.201
Total do ativo não circulante		859.335	758.026	602.914	515.344
Total do ativo		1.090.136	762.167	1.206.063	670.861

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

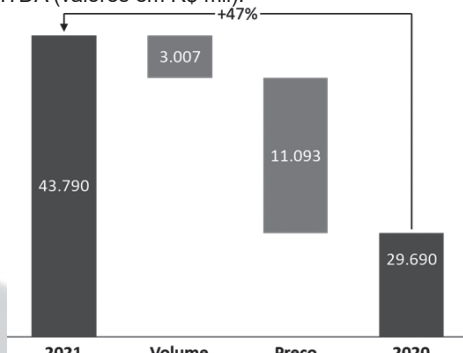
Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	-	-	435.516	391.968
Custo dos serviços prestados	22	-	-	(256.599)	(245.170)
Lucro bruto		-	-	178.917	146.798
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	22	(54.519)	(1.465)	(98.430)	(49.920)
Outras receitas (despesas), líquidas		(383)	-	(1.529)	5.822
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro					
equivalência patrimonial		(54.902)	(1.465)	78.958	102.700
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	23	4.908	174	26.520	26.474
Despesas financeiras	23	(105.923)	(138.705)	(125.697)	(82.331)
Resultado de equivalência patrimonial	10	75.624	130.308	724	578
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social					
mposto de renda e contribuição social		(80.293)	(9.688)	(19.495)	47.241
Corrente	8.c	-	-	(37.534)	(23.297)
Diferido	8.c	18.265	29.753	1.520	(514)
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício					
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores		-	-	6.519	3.545
Controladores				(62.028)	20.065
Lucro (Prejuízo) básico por ação	20	(0,87)	0,37	(0,78)	0,44
Lucro (Prejuízo) diluído por ação	20	-	0,28	-	0,33

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

de "bancos de lixo" ampliando sua capilaridade em regiões onde ainda não está presente. Em relação a estrutura de capital, a empresa concluiu no último trimestre a emissão de R\$500 milhões de debêntures (incentivada e convencional), alongando seu perfil de endividamento e reduzindo seu custo de capital, deixando a empresa mais preparada para os próximos saltos de crescimento. Fechamos o ano de 2021 com uma relação dívida líquida/ EBITDA de 0,99x, preparados para incorporar todas as aquisições planejadas sem ultrapassar a alavancagem de 2,5x. ESG está em nosso DNA e em 2021 tivemos várias conquistas, entre elas, aderimos ao Pacto Global da ONU reforçando nosso compromisso com a preservação do meio ambiente, emitimos nosso primeiro relatório de sustentabilidade e iniciamos a concepção do Instituto Orizon que será responsável por diversos programas de inclusão social das comunidades que vivem no entorno dos Ecoparques. Para o futuro, enxergamos um forte potencial de crescimento ainda não explorado, na geração de biometa-no do lixo e na exploração do plástico verde que sairá das plantas de triagem mecanizada. No primeiro, teremos um gás equiparável ao gás natural, porém com a vantagem de ser renovável e que pode ser distribuído mesmo nas regiões onde não existe rede de gás conectada. Com a alta dos preços de gás e a exigência de descarbonização das indústrias, este ativo será muito valioso e os resíduos estão entre as principais fontes de geração deste tipo de combustível. No segundo, teremos um alto volume de plástico reciclado saindo de nossas plantas de triagem com inúmeros potenciais de uso, seja como insumo para indústria seja como combustível. Por fim, não poderíamos deixar de agradecer todos nossos colaboradores, que tornam nossa empresa cada dia melhor, os membros do nosso Conselho de Administração, sempre muito participativos, e a confiança de nossos investidores. Certos de um ano de 2022 transformador. Atenciosamente, **Milton Pilião Jr.** - Diretor Presidente; **Leonardo Santos** - Diretor Financeiro e de Relações com Investidor

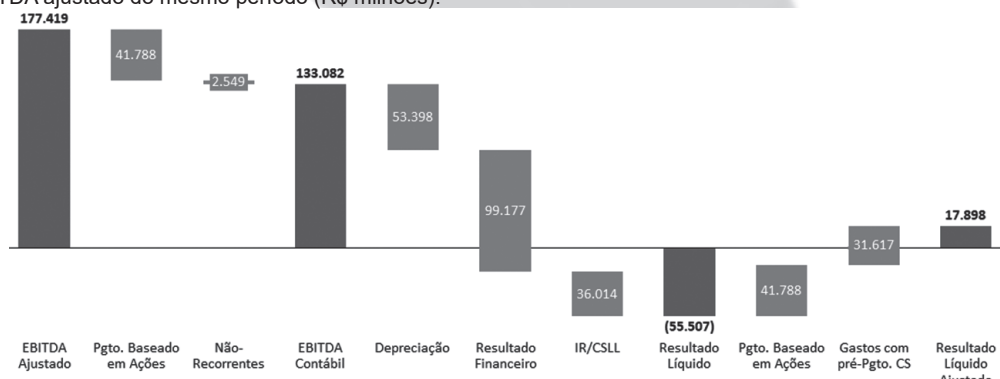
Em relação a margem de contribuição de créditos de carbono comercializado em 2021, temos um incremento de volume e preço relevantes no EBITDA (valores em R\$ mil):



5. Resultado Líquido: O Resultado Líquido Ajustado do 4T21 foi de **R\$ 11,1 milhões** ante um resultado de **R\$ 3,2 milhões** no 3T21, no acumulado do ano o **Resultado Líquido Ajustado** foi de **R\$ 17,8 milhões** ante o **Resultado Líquido** de **R\$ 23,6 milhões** em 2020.

Resultado Líquido (R\$ mil)	4T21	3T21	4T20	Var.(%) 4T21 x 3T21	Var.(%) 4T21 x 4T20	2021	2020	Var.(%) 2021 x 2020
Receita Operacional líquida	155.363	99.841	103.018	55,6%	50,8%	435.516	391.968	11,1%
Lucro Bruto	78.714	38.459	43.646	104,7%	80,3%	178.917	146.798	21,9%
Resultado Antes do Resultado Financeiro	58.445	19.593	34.781	198,3%	68,0%	78.960	102.700	-23,1%
Resultado Financeiro	(51.897)	(14.234)	(18.152)	264,6%	185,9%	(99.177)	(55.857)	77,6%
Equivalência Patrimonial	379	215	150	76,3%	152,7%	724	578	25,3%
IR e CSLL	(21.959)	(6.923)	(10.344)	217,2%	112,3%	(36.014)	(23.811)	51,2%
Resultado Líquido	(15.032)	(1.349)	6.435	1.014,3%	-333,6%	(55.507)	23.610	-335,1%
Pagamento Baseado em Ações*	(773)	3.584	-	-121,6%	-	41.788	-	-
Amortização de gastos na captação de recursos*	15.354	980	-	1.466,7%	-	20.057	-	-
Custos de pré pagamento de dívidas	11.560	-	-	-	-	11.560	-	-
Resultado Líquido Ajustado	11.100	3.215	6.435	245,6%	72,8%	17.888	23.610	-24,2%

O gráfico a seguir apresenta os principais fatores que influenciaram o resultado líquido ajustado de 2021 e a partir do EBITDA ajustado do mesmo período (R\$ milhões):



6. Endividamento: A Alavancagem da companhia encerrou o ano de 2021 em **0,99x** o EBITDA de 2021, uma redução de 1,1x em relação a 2020. A posição de Caixa e Equivalentes de Caixa ao final do ano de 2021 reflete, principalmente, (i) pelos recursos captados no IPO em fevereiro e (ii) pela entrada de caixa proveniente da quarta emissão de debêntures em dezembro de 2021. Com isso, a **Dívida Líquida** da Companhia foi de **R\$ 174,6 milhões** ao final do ano 2021, equivalente a 0,99x EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 - (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis	Reserva de capital	Reservas de capital - ágio na emissão de novas ações	Reserva de capital - Bônus de subscrição	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	Custo na emissão de ações	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2020	20	543.448	30.877	-	3.023	-	10.359	-	(697.889)	(110.182)	11.759	(98.423)
Constituição de bonus de subscrição	-	-	-	-	-	156.664	-	-	-	156.664	-	156.664
Integralização de capital social	-	875	-	-	-	-	-	-	-	875	-	875
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	20.065	20.065	3.545	23.610
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	544.323	30.877	-	3.023	156.664	10.359	-	(677.824)	67.422	15.304	82.726
Aumento de capital proveniente da emissão de ações	-	300.000	-	81.400	-	-	-	-	-	381.400	-	381.400
Conversão dos instrumentos patrimoniais em capital	-	-	(30.877)	30.877	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus de subscrição exercido	-	-	-	156.664	-	(156.664)	-	-	-	-	-	-
Custo na emissão de ações - CPC 08	-	-	-	-	-	-	-	(31.146)	-	(31.146)	-	(31.146)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.058)	(8.058)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(62.028)	(62.028)	6.519	(55.509)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	844.323	-	268.941	3.023	-	10.359	(31.146)	(739.852)	355.648	13.765	369.413

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	-	-	487.583	447.360
Serviços prestados	-	-	491.704	446.109
Provisão de para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(4.121)	1.251
Insumos adquiridos de terceiros	(3.452)	(1.465)	(160.313)	(165.615)
Custo dos serviços prestados	-	-	(145.169)	(139.789)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.452)	(1.465)	(15.144)	(25.826)
Valor adicionado bruto	(3.452)	(1.465)	327.270	281.745
Retenções	-	-	(53.395)	(50.029)
Depreciação e amortização	-	-	(53.395)	(50.029)
Valor adicionado líquido produzido	(3.452)	(1.465)	273.875	231.716
Valor adicionado recebido em transferência	80.996	130.499	34.364	30.242
Resultado de equivalência patrimonial	75.624	130.308	724	578
Receitas financeiras	5.372	191	33.640	29.664
Valor adicionado total a distribuir	77.544	129.034	308.239	261.958
Distribuição do valor adionado	77.544	129.034	308.239	261.958
Pessoal	51.450	-	125.613	59.730
Remuneração direta	49.656	-	97.549	27.348
Benefícios	14	-	3.723	16.354
FGTS	-	-	4.096	3.500
Outros	1.780	-	20.245	12.528
Impostos, taxas e contribuições	(17.801)	(29.736)	99.322	81.142
Federais	(17.801)	(29.736)	78.690	60.772
Estaduais	-	-	2.956	2.392
Municipais	-	-	17.676	17.978
Remuneração de capital de terceiros	105.923	138.705	138.813	97.476
Aluguéis	-	-	13.116	15.145
Despesas financeiras	105.923	138.705	125.697	82.331
Remuneração de capitais próprios	(62.028)	20.065	(55.509)	23.610
Lucros retidos (prejuízo) do exercício	(62.028)	20.065	(62.028)	20.065
Participação de não controladores	-	-	6.519	3.545

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	-	-	-
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício	(62.028)	20.065	(55.509)	23.610
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(75.624)	(130.308)	(724)	(578)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	4.121	(1.251)
Provisão para contingências	-	-	2.257	9.227
Ajuste a valor justo	53.722	87.399	4.469	(28.614)
Variação cambial líquida	-	-	(1.074)	-
Amortização de gastos incorridos na captação de recursos	-	-	20.057	-
Imposto de renda de contribuição social diferidos	(18.266)	(29.753)	(1.520)	514
Depreciações e amortizações	-	-	53.395	50.029
Juros provisionados	51.606	50.509	42.890	56.654
Baixa de saldo por cessão de dívida	-	-	-	7.470
Pagamento baseado em ações	41.788	-	41.788	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	-	-	(59.196)	(38.557)
Impostos a recuperar	(968)	1	2.622	(1.273)
Depósitos judiciais e cauções	-	-	(3.970)	(2.231)
Adiantamentos	1.925	(2.674)	(14.410)	(4.843)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(10.409)	722	(26.307)	(2.464)
Outorgas a pagar	-	-	5.229	971
Salários e encargos sociais	1.008	-	2.921	259
Impostos e contribuições a recolher	41	15	(112)	35.018
Adiantamentos de clientes	-	-	(2.582)	3.913
Contas a pagar	(4.364)	(1.252)	(3.905)	(1.252)
Parcelamento de impostos	-	-	13.984	1.589
Outros	155	4	(10.864)	1.655
Caixa (aplicado nas) atividades operacionais	(21.414)	(5.272)	13.560	109.846
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(8.271)	(2.515)
Juros pagos	-	-	(98.462)	(21.285)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(21.414)	(5.272)	(93.173)	86.046
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	(4.543)	-
Aquisições de imobilizado e intangível	-	-	(122.837)	(41.829)
Títulos e valores mobiliários	(228.381)	(3)	(388.853)	(7.120)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(228.381)	(3)	(516.233)	(48.949)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos captados	-	-	515.000	293.227
Empréstimos e financiamentos pagos	-	-	(236.936)	(312.694)
Arrendamentos pagos	-	-	(12.132)	(7.704)
Partes relacionadas	(96.607)	5.275	(6.349)	(5.570)
Pagamento baseado em ações liquidado em caixa	(13.281)	-	(13.281)	-
Aumento de capital proveniente da emissão de ações	359.977	-	359.977	-
Aquisições a pagar	-	-	-	(629)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) das atividades de financiamento	250.089	5.275	606.279	(33.370)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	294	-	(3.127)	3.727
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1	6.044	2.317
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	295	1	2.917	6.044
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa	294	-	(3.127)	3.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Em 19 de abril de 2019, o MPRJ emitiu uma peça no âmbito do processo tendo como resultado as seguintes informações:

	Saldo
Em favor da CTRA (Concessionária)	
Tarifas mensais de referência (*)	31.649
Volume excedente	20.509
Reajuste	667
Crédito de carbono	16.042
Tratamento de chorume de Itaóca	14.715
Transporte de chorume de Itaóca	7.943
Total	91.525
Glosa aplicada	(14.724)
Saldo líquido ajustado	76.801

(*) Os valores firmados inicialmente no acordo estão contemplados nesta linha e se referem a pleito inicial da CTRA. Em 1º de setembro de 2020 foi proferida sentença referente ação ordinária de cobrança em face do Município de São Gonçalo, que julgou procedente o pedido principal da CTR Alcântara para condenar o Município de São Gonçalo ao pagamento de R\$18.868 (dezoito milhões, oitocentos e sessenta e oito mil reais), valor consolidado em 20 de junho de 2018, admitindo na fixação do valor base a glosa em 8%. O valor original pleiteado era de R\$20.509, acrescido de reajuste de R\$667 conforme detalhado na NE 1. Contra a referida sentença, o Município, em 21 de setembro de 2020, interps recurso de apelação, o qual será objeto de contrarrazões pela CTRA. Após decurso o prazo de contrarrazões, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso. A Companhia aguarda o trânsito em julgado do processo para o reconhecimento do montante nas demonstrações financeiras. Diante do exposto, o Município aguarda o pronunciamento do órgão julgador quanto aos moldes para o prosseguimento de determinadas disposições pendentes do referido Termo, relativamente ao escopo desta demanda judicial. Os saldos demonstrados na tabela acima fazem parte das discussões em andamento pela Administração da Companhia junto com a PMSG. Do montante de R\$76.801, demonstrado na tabela acima, R\$14.660 compõem o contas a receber em 31 de dezembro de 2021 e 2020 registrado nas demonstrações financeiras. O restante, refere-se ao valor pleiteado, que somente será reconhecido contabilmente após a finalização de todo o trâmite aplicável confirmando o êxito por parte da CTRA. Em 09 de fevereiro de 2022, foi deferido o despacho de desembargador intimando que a Prefeitura Municipal de São Gonçalo de continuidade aos pagamentos do acordo inicial, cujo saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 14.660. A decisão determina que no novo cenário o valor atualizado da parcela seja de R\$1.349. Atualmente, as partes aguardam a manifestação da Prefeitura Municipal de São Gonçalo sobre a manifestação judicial. c) **Central de Tratamento de Resíduos de Barra Mansa S.A. ("CTRBM")**: Em 3 de dezembro de 2011, a CTRBM venceu a concorrência para a implantação do aterro sanitário do município de Barra Mansa (RJ), cujo vencimento ocorrerá em 2031, renovável até 2036. O contrato de concessão incluí a recuperação ambiental do "lixão" que recebeu resíduos desse município durante 24 anos. A CTRBM recebe cerca de 1.300 toneladas diárias de municípios e clientes privados, com destaque para a indústria siderúrgica. A CTRBM fornece biogás para geração de 2MW energia termelétrica, que atualmente são utilizados em projeto de geração distribuída. d) **ETR Jardim Gramacho S.A. ("ETR Gramacho")**: A ETR Gramacho tem como objeto o transbordo e a destinação de resíduos não perigosos. Esta unidade está localizada na cidade de Duque de Caxias, localizada no Estado do Rio de Janeiro, onde possui um transbordo para realização de suas atividades operacionais. A ETR Gramacho recebe cerca de 50.000 toneladas mensais de resíduos provenientes do município de Duque de Caxias e clientes privados, que são destinados em sua totalidade na CTR NI. e) **Ecopesa Ambiental S.A. ("Ecopesa")**: A Ecopesa, com sede na cidade de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco, tem por objeto a prestação de serviços de implantação e operação do sistema de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, gestão de resíduos, incluindo ainda as atividades de conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração, elaboração de estudos técnicos e obras necessárias à consecução desses serviços. Atualmente, a Ecopesa possui apenas uma unidade operacional, sendo o aterro sanitário localizado em Jaboatão dos Guararapes ("CTR Candeias"), no estado de Pernambuco, que recebe aproximadamente 5.000 toneladas diárias de resíduos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Orizon Meio Ambiente possui 100% do capital social da Ecopesa. **Aproveitamento de biogás para geração de energia**: Em 17 de novembro de 2016, a Ecopesa firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda., tendo a ASJA Ambiente Italia S.p.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. A ASJA, líder de projetos de geração de energia a partir de biogás de aterros sanitários na Europa, será a responsável por todos os investimentos e despesas necessárias para implantação, operação, manutenção e aproveitamento de todo o biogás produzido no aterro sanitário. O contrato firmado iniciou vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. f) **SES Haztec Serviços de Resposta a Emergência Ltda. ("SES Haztec")**: A SES Haztec foi constituída no ano de 2006, objetivando a participação em uma licitação específica. Contudo, após o insucesso na referida licitação, a SES Haztec manteve-se sem qualquer atividade operacional. Atualmente, a Administração da Companhia está em fase avançada de encerramento dessa controlada. g) **Vamtec Orizon Soluções Ambientais Ltda. ("Vamtec Orizon")**: A Vamtec Orizon foi constituída em 25 de outubro de 2017, resultado de associação entre a Orizon Meio Ambiente e a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda. e tem como objeto o beneficiamento de resíduos finos siderúrgicos para retorno ao processo produtivo. A Vamtec Orizon iniciou suas operações em dezembro de 2019. A Vamtec Orizon tem como único cliente a Companhia Siderúrgica Nacional, operando com a capacidade total disponível. h) **Foxx Inova**: A Foxx Inova, é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Foxx Inova tem como objeto a participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, tanto no país como no exterior e o desenvolvimento de estudos e projetos para execução de obras e realização de serviços de relativos à limpeza urbana e destinação de resíduos sólidos, além de execução de serviços de engenharia civil e ambiental. i) **Foxx URE-BA**: A Foxx URE-BA, é uma sociedade por ações com sede na cidade de Barueri, estado de São Paulo, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos sob regime de concessão, comercialização da energia oriunda da reciclagem energética, créditos de carbono e do subproduto resultante do processo de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos. A Foxx URE-BA é pioneira na implantação de waste-to-energy na América Latina. No exercício de 2021, a Foxx URE-BA participou e se sagrou vencedora do Leilão de Geração nº 8/2021-ANEEL de 2021. A partir de 01 de janeiro de 2026, a URE-BA comercializará anualmente 105 MW, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço de R\$ 549,35/MWh, totalizando R\$1.155.745, corrigido anualmente pelo IPCA. O contrato possui vigência de 20 anos. A URE-BA terá uma potência instalada de 20 MW, com capacidade de tratamento de 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. j) **Orizon Locação (Antiga Foxx URE-OS)**: A Orizon Locação é uma sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo (SP). A Orizon Locação tem como objeto, dentre outros, (i) a locação de máquinas e equipamentos, sendo controlada diretamente pela Foxx Inova, e (ii) participação em sociedade adquirida, conforme detalhado na nota explicativa nº 29. k) **Foxx URE-JP**: A Foxx URE-JP é concessionária junto ao município de João Pessoa, recebendo os resíduos de vários municípios na região com volume da ordem de 2.000 toneladas diárias, e tem como objeto social o tratamento e destinação final de resíduos não-perigosos, incluindo a eliminação de resíduos não-perigosos pela combustão ou incineração, com ou sem o objetivo de geração de eletricidade ou vapor, cinzas ou outros subprodutos para posterior aproveitamento. A empresa tem motogeradores para a geração de energia a partir do biogás em consórcio firmado com a ASJA. l) **Orizon FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados**: Em 10 de dezembro de 2020, a Orizon assinou (i) Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Orizon Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC ORIZON"), CNPJ nº 37.737.564/0001-11, administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela Modal Asset Management Ltda. e (ii) Boletim de Subscrição de Cotas da 1ª Emissão de Cotas do FIDC ORIZON, cuja integralização de recursos ocorreu em 11 dezembro de 2020, no montante de R\$8.000. O Fundo é destinado à aplicação exclusivamente por único cotista (Orizon VR), que se qualifica como Investidor Profissional, nos termos da regulamentação aplicável, e é detentor de debêntures emitidas pela Este Ambiental S.A.. m) **UTM Jaboatão dos Guararapes LTDA ("UTM Jaboatão")**: Unidade de triagem mecanizada em Pernambuco: Em 06 de maio de 2021, a Companhia celebrou contrato para a implantação de uma unidade de triagem mecanizada ("UTM") a ser instalada no eoparquer de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco. O empreendimento tem previsão de entrar em operação no primeiro semestre de 2022. Até 31 de dezembro de 2021, a UTM Jaboatão recebeu investimentos no montante de R\$41.723. n) **UTE Paulínia Verde Participações ("UTE Paulínia")**: Em 16 de dezembro de 2021, foi celebrado Instrumento Particular de Mútuo com Confissão de Dívida e Outras Avenças, por meio do qual a Orizon Meio Ambiente concedeu determinado crédito para a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), condicionado ao efetivo desembolso de recursos pela Orizon Meio Ambiente em favor da Gera e Mercúrio, assumindo estas a obrigação de quitá-las nos termos e condições, que estabelece que a Orizon Meio Ambiente terá direito à participação de 33,33% no capital social da UTE Paulínia.





Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

correspondente a 200 quotas. Em 31 de dezembro de 2021, o valor aportado pela Orizon Meio Ambiente era do montante de R\$2.420, enquanto o patrimônio líquido da UTE Paulínia era R\$8.613. A UTE Paulínia foi criada via combinação de negócios das empresas supracitadas, visando a a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural localizada no município de Paulínia - SP. Esta operação não gerou efeitos no resultado ou ágio pelo adquirente. **Potenciais Aquisições:** Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 13 de maio de 2021, a apresentação, em conjunto com fundo de investimentos creditórios gerido pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda. ("Fundo Jive"), de proposta vinculante para participação, desde que na condição de primeiro proponente (*stalking horse*), do processo competitivo voltado à aquisição da totalidade da participação societária representativa de uma Unidade Produtiva Isolada ("UPI Aterros") formada por 08 ativos, sendo 07 aterros sanitários e 01 planta de blendagem de líquidos, sólidos e logística reversa. Em 14 de maio de 2021, foi aprovado na assembleia geral de credores, o plano de recuperação judicial do Grupo Estre, prevendo a participação da Companhia, por meio da Orizon Meio Ambiente S.A., em conjunto com o Fundo Jive, como *stalking horse*, mediante apresentação de proposta vinculante para aquisição da UPI Aterros, em envelope lacrado. Em 04 de novembro de 2021, foi realizado o procedimento para abertura das propostas vinculantes no processo competitivo de alienação da UPI Aterros. Mediante o exercício do direito de preferência assegurado aos Primeiros Proponentes (*stalking horse*) no plano de recuperação judicial aprovado em assembleia geral de credores do Grupo Estre, a Companhia, por meio da controlada Orizon Meio Ambiente, em conjunto com o fundo de investimentos em direitos creditórios gerido pela Jive Asset Gestão de Recursos Ltda., apresentou a proposta que se sagrou vencedora do processo competitivo de alienação da UPI Aterros, no valor total de R\$840.000, sendo (i) R\$75.000 em moeda corrente nacional, nos mesmos termos da proposta vinculante original e (ii) R\$765.000 mediante a utilização de créditos adquiridos pela Jive em face do Grupo Estre. Por fim, vale destacar que o fechamento da transação com o Grupo Estre e a aquisição dos ativos que compõem a UPI Aterros pela Companhia, por meio da Orizon Meio Ambiente, estão sujeitos ao preenchimento de determinadas condições precedentes usualmente praticadas em operações semelhantes e aos trâmites finais dos processos judiciais, a despeito de já ter sido aprovada pelo Conselho Administrativo de Atividade Econômica. As informações atualizadas do andamento estão divulgadas na nota 29. **Impacto do Covid-19:** De acordo com o Ministério da Saúde do Brasil, em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia global decorrente dos efeitos do novo Coronavírus ("COVID 19"). Em 20 de março de 2020, o Senado Federal promulgou o Decreto Legislativo que reconhece o estado de calamidade pública no Brasil. A partir do Decreto, paralisações de eventuais atividades não essenciais, decorrentes das medidas de distanciamento social, foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Adicionalmente, a Medida Provisória 927, de 22 de março de 2020, estabeleceu as medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus, e definiu as regras para o teletrabalho, concessão e antecipação de férias coletivas e individuais, aproveitamento a antecipação de feriados, constituição de regime de compensação por meio de banco de horas, suspensão de exigências administrativas em segurança do trabalho, direcionamento do trabalhador para qualificação e diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Estas medidas impactaram diversos segmentos da economia nacional, mas, uma vez que parte relevante da receita da Companhia vem de serviços essenciais a sociedade, os impactos nos resultados econômicos ou financeiros da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram significativos. Frente aos desafios que a pandemia do COVID-19 impôs a todos, a Companhia estabeleceu o compromisso de, junto com colaboradores, parceiros e clientes, enfrentar e trabalhar para ser parte da solução, com foco em manter as operações com o mínimo de impacto nos clientes, promover o bem-estar dos colaboradores e contribuir para minimizar os riscos para a comunidade. A partir de março de 2020 a Companhia adotou ação emergencial com a criação de Comitê Multidisciplinar - Prevenção ao COVID 19, que se comunica frequentemente reportando as situações de cada unidade, estabelecendo planos de contingências visando preservar a integridade e saúde dos seus colaboradores, assim como garantir a proteção dos profissionais e evitar a propagação da doença. **Cuidado com os colaboradores:** Em consonância com as medidas governamentais e a Medida Provisória 927, a Administração adotou políticas e ações que protejam seus colaboradores da disseminação do vírus, tais como: (i) Home-office parcial para parte dos colaboradores, inclusive para as pessoas acima de 60 anos e outras que sejam consideradas como grupo de risco; (ii) Horários flexíveis de entrada e saída do escritório; (iii) Introdução de rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais; (iv) Acompanhamento e monitoramento em período integral para os casos identificados como suspeitos e/ou confirmados; (v) Disponibilização de atendimento por telemedicina via convênio médico firmado pela Companhia, com posterior encaminhamento para realização de exame para covid-19; (vi) Dentre outros procedimentos. Com o aumento da pandemia e consequentemente da necessidade de aprimoramento de medidas para combate aos efeitos provocados pela COVID-19, a Companhia passou a adotar medidas adicionais ao longo de 2020 e 2021, tais como: • Comunicação interna abordando os temas da COVID-19: sintomas, transmissão, tratamento e prevenção e os canais de comunicação interna da Orizon para notificação de casos; • Inclusão do telefone de emergência no descanso de tela de todos os computadores; • Priorização das reuniões por teleconferência sobre as reuniões presenciais; • Afastamento imediato das atividades presenciais de colaboradores que apresentaram algum sintoma da COVID-19 ou que tenham tido contato com caso suspeito; • Distribuição de kits de higienização e proteção pessoal, tais como máscaras, álcool em gel, álcool líquido 70% e pano para limpeza da mesa; • Regime de *home office* para para os colaboradores cujo as atividades permitiam o trabalho remoto diminuindo a circulação na sociedade e mitigando as chances de contaminação ou Sistema de rodízio do trabalho no escritório matriz evitando aglomerações; • Distribuição de cestas básicas para os trabalhadores em atividade essencial; • Acompanhamento diário de todos os casos suspeitos e ou confirmados de COVID-19 com envio de relatório para a Diretoria e Alta Direção das Unidades; • Contratação do serviço de telemedicina para atendimento gratuito de todos os funcionários e dependentes. Com a evolução da vacinação da população e redução de casos de contaminação, em linha com as medidas governamentais, a Companhia definiu pelo retorno total de seu quadro de funcionários para as funções corporativas. **Impactos econômico-financeiros:** Houve impacto marginal nas operações dos ecoparques em razão de ações tomadas como rodízios de pessoal, aumento de custos de material de sanitização, dentre outros. Na parte comercial, houve redução do volume de resíduos de determinados clientes, principalmente das unidades de blendagem e incineração, além de diminuição das atividades de serviços ambientais em determinados contratos. A Companhia mantém um volume de caixa julgado suficiente pela administração para suportar as necessidades operacionais e de investimento, condição que, em seu entendimento da administração, garante fôlego para atravessar essa crise. Ainda assim, os potenciais impactos econômicos e financeiros são diariamente monitorados. **Análise de redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros:** Em 31 de dezembro de 2021, não foram reconhecidas perdas para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros da Companhia, diante da ausência de indicadores que levassem a Companhia a verificar e mensurar eventuais montantes.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e principais práticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de março de 2022. Conforme Orientação Técnica OPCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas nesta nota. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. A estrutura societária do Grupo é como segue:

Companhia	Categoria	Participação no capital (%)	
		31/12/2021	31/12/2020
Haztec	Controlada	100	100
Foxx Holding	Controlada	100	100
FIDC Orizon	Controlada	100	100
Controladas diretas da Orizon Meio Ambiente:			
CTRNI	Controlada indireta	100	100
CTRA	Controlada indireta	100	100
CTRBM	Controlada indireta	100	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada indireta	100	100
Ecopesa	Controlada indireta	100	100
UTM Jaboaão	Controlada indireta	100	-
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	50	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	33,33	-
Controladas diretas da Foxx:			
Foxx Inova	Controlada indireta	100	100
Foxx URE-BA	Controlada indireta	100	100
Orizon Locação Ltda	Controlada indireta	100	100
Foxx URE-JP	Controlada indireta	67	67

2.4. Investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint venture): Os investimentos da Companhia são registrados com base no método da equivalência patrimonial, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição. Todas as alterações no patrimônio líquido das investidas são refletidas no investimento da Companhia. **2.5. Classificação corrente versus não corrente:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação. • Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; • For mantido principalmente para negociação; • Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação; • Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação; A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. **2.6. Mensuração de valor justo:** A Companhia avalia seus instrumentos financeiros aos respectivos valores justos, levando em consideração o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá em conformidade com a premissas da norma, conforme abaixo: • No mercado principal para o ativo ou passivo; ou • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo de Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; Periódicamente a Companhia faz avaliações de seus instrumentos financeiros, afim de determinar se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo). As divulgações dos instrumentos financeiros e aqueles classificados por seus valores justos estão detalhados na nota 26. **2.7. Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. O CPC 47/ IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a norma, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. 2.7.1. **Receita com engenharia ambiental:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base no progresso da execução dos serviços contratados. Os gestores de cada contrato enviam periodicamente status de execução do serviços versus condições contratuais, mensurando a partir desta base as receitas e custos que deverão ser reconhecidos contabilmente. 2.7.2. **Receita com tratamento e destinação de resíduos:** A receita é reconhecida pela competência dos serviços prestados, com base nas medições emitidas para cada cliente. As medições são extraídas do relatório da balança que controla periodicamente o volume de resíduos (TN) recebidos nas unidades de tratamento e destinação de resíduos. Ao final de cada mês são gerados relatórios com volume recebido de cada cliente, valor unitário e receita total. Com base nesta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.3. **Receita com biogás:** A receita de biogás é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de vazão de gás bioquímico auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor de cada contrato obtém a receita do período pela multiplicação de volume de gás com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.4. **Receita com crédito de carbono:** A receita de crédito de carbono é reconhecida pela competência com base em medições, através do controle de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera, auferido por equipamentos instalados nos aterros sanitários, e desde que haja preço de venda dos créditos de carbono definido em contrato. A partir desta informação extraída, o responsável técnico e gestor da operação obtém a receita do período pela relação do volume redução de emissão de gases poluentes com o valor unitário contratado, com esta informação a receita é reconhecida contabilmente. 2.7.5. **Receita com consórcios de energia:** A receita de participação em consórcio de energia é reconhecida por competência com base em medições, através de controle de energia gerada e comercializada sob responsabilidade do consorciado ASJA. Com base neste levantamento, as controladas indiretas participantes destes consórcios são remuneradas por meio de participação variável de acordo com as condições contratuais estabelecidas. 2.7.6. **Receita com a comercialização de energia:** A receita de energia é reconhecida por competência com base na quantidade contratada de energia (MWh) estabelecida em contrato e entregue pela Companhia. Esta operação atualmente é realizada pela controlada integral indireta Foxx URE-BA para atendimento de contrato firmado com a CEMIG. Uma vez que a Foxx URE-BA ainda está em fase de implantação da instalação que gerará energia elétrica na modalidade waste-to-energy, atualmente a energia é adquirida em balcão de negociação com outros fornecedores e posteriormente repassada à CEMIG para atendimento ao contrato firmado. 2.7.7. **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva. **2.8. Impostos: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A Companhia mensura seus ativos e passivos tributários correntes com base em seus valores recuperáveis ou a pagar para as autoridades fiscais.

As alíquotas de impostos e as leis tributárias utilizadas para cálculo dos valores são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. **Impostos diferidos:** A Companhia avalia e mensura seus impostos diferidos ativos e passivos considerando os efeitos das diferenças temporárias apuradas nas transações correntes na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Periódicamente a Companhia revisa o valor contábil dos impostos diferidos ativos e procede ao reconhecimento de baixa de para o resultado do exercício de de acordo com estudos e projeções para realização destes créditos. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.9. Imobilizado:** As classes de ativo imobilizado são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o montante na aquisição e/ou construção do ativo. Os demais custos referentes a reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, considerando também as taxas fiscais para os ativos com vida útil definida. Os ecoparques (operações em aterros sanitários) são amortizados de forma variável, considerando capacidade total de recebimento de resíduos nos vales, baseadas em estudos realizados por engenheiros da Companhia e/ou especialistas contratados, o volume recebido de resíduos e o custo de formação dos vales. Os ativos são avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. Um item de imobilizado é baixado por motivo de venda ou obsolescência (quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda). Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando ocorrerem alterações relevantes nas estimativas de vida útil do ativo. **2.10. Intangíveis:** As classes de ativo intangível são demonstradas ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revistos periodicamente e consideram também as taxas fiscais. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. **2.11. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são avaliados e classificados em conformidade com o CPC 48 / IFRS 9 e as informações detalhadas estão apresentadas na nota 26. **Ativos financeiros:** A Companhia reconhece seus instrumentos financeiros ao custo amortizado ou por se valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação. A classificação deste instrumento é avaliada pela Companhia de acordo com a característica de cada instrumento. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2021, os ativos financeiros correspondiam basicamente a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes e de partes relacionadas. **Passivos financeiros:** A Companhia avalia seus passivos financeiros ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2021, compreendem basicamente os empréstimos e financiamentos, arrendamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debentures emitidas, empréstimos e financiamentos contratuais sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.12. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, além de possuir vencimento de curto prazo para realização. **2.13. Provisões: Geral:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido com um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas periodicamente pela Companhia e ajustadas quando necessário. **2.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas avaliadas pelo jurídico e consultores com possibilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Vidas úteis do ativo imobilizado:** Os valores contábeis do ativo imobilizado são baseados em estimativas, premissas e julgamentos relativos aos custos capitalizados e à capacidade total das operações de aterro sanitário (ecoparque) para recebimento de resíduos sólidos. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Ao longo de cada exercício, a Companhia avalia a realização dos saldos de contas a receber com base em estimativa a partir da ponderação dos riscos de perda de cada grupo do "aging list", considerando os diferentes riscos de acordo com as operações de cobrança e a probabilidade futura de inadimplência, na melhor expectativa da administração. A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, considerando histórico de inadimplência por faixa de idade. **2.15. Normas e interpretações novas e revisadas:** 2.15.1. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência:** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. O grupo pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021:** As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado a Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. **2.16. Normas emitidas mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica ao Grupo. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, o Grupo avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionar guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	1	52	44
Equivalentes de caixa	294	-	2.865	6.000
Total	295	1	2.917	6.044

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo.





Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

4. Títulos e valores mobiliários:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Certificado de depósito bancário (CDB)	225.040	5	396.043	8.063
Títulos de capitalização	2.473	-	2.473	2.473
FIDC Orizon	8.983	8.110	-	-
Debêntures	-	-	8.983	8.110
Total	236.496	8.115	407.499	18.646
Circulante	227.328	5	398.458	10.511
Não circulante	9.168	8.110	9.041	8.135

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a com rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs"). Os títulos de capitalização referem-se a títulos de capitalização do Banco Bradesco, com vencimento para 12 meses, remuneração próxima a 2% a.a. sobre os valores de face dos títulos e perda de valor (deságio) em caso de resgate antecipado. *Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não-Padronizados ("FIDC Orizon")*: Conforme detalhado na nota explicativa 1, no final de 2020 a Orizon assinou Termo de Adesão ao Regulamento do fundo exclusivo Orizon Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC ORIZON"), administrado pela Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e gerido pela Modal Asset Management Ltda. O FIDC ORIZON possui operações compromissadas lastreadas em debêntures, integralmente aplicadas em instituições de primeira linha, sendo remuneradas a uma taxa de 100% do CDI com vencimento em 20 de dezembro de em 2025.

5. Contas a receber de clientes (consolidado):	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber	110.437	104.903
Serviços a faturar ⁽¹⁾	103.997	49.261
	214.434	154.164
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(36.412)	(32.291)
Total	178.022	121.873
Circulante	163.362	112.143
Não circulante	14.660	9.730

(1) O saldo de serviços a faturar refere-se a (i) Créditos de Carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente transferidos para o contas a receber de acordo com o processo de verificação e entrega; e (ii) A apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento. Em 30 de setembro de 2021, as controladas CTRNI e CTRSG assinaram com a NIEGAR e SGEAR, respectivamente, Termo Aditivo ao Contrato de Compra e Venda de Gás Bioquímico, liquidando todo o saldo faturado em aberto até a data da assinatura, via pagamento de faturas e compensações com saldos de arbitragem e adiantamentos. As compensações estão detalhadas nas notas 18 e 19, respectivamente. A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	18.208	50.752
Vencidos até 30 dias	4.663	9.380
Vencidos de 31 a 60 dias	3.862	3.228
Vencidos de 61 a 90 dias	4.899	1.282
Vencidos de 91 a 180 dias	6.313	3.753
Vencidos de 181 a 360 dias	8.074	8.004
Vencidos acima de 360 dias	64.418	28.504
Total	110.437	104.903

O aging de contas a receber contempla os saldos a receber da controlada indireta CTRA junto a PMSG, no montante de R\$33.563, sendo R\$ 2.476 classificados na faixa de vencidos entre 181 a 360 dias e R\$31.087 classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias (neste montante está incluído o saldo discutido judicialmente de R\$ 14.660). Como detalhado na nota 1, há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, atualmente contabilizados, porém, somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. Atualmente este montante não está sendo contemplado no saldo de provisão para crédito de liquidação duvidosa, considerando as condições atuais de negociação. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(32.291)	(35.673)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.121)	(1.251)
Baixa de provisão de ativo	-	4.633
Saldo no fim do exercício	(36.412)	(32.291)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico e valores para os quais há adiantamentos em aberto que poderão ser compensados no futuro com os saldos ativos. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2021. Conforme detalhado na Nota 1.d, há acordo firmado pela controlada indireta CTRA junto à Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Movimentação do acordo		31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro e 2020		20.358	(5.698)
Parcelas recebidas em 2020		-	14.660
Saldo em 31 de dezembro de 2020		-	-
Parcelas recebidas em 2021		-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		14.660	-

Atualmente o cliente não vem honrando as parcelas do acordo, porém, como já abordado na nota 1, a controlada indireta CTRA obteve retorno favorável em juízo para que a negociação para recebimento dos saldos em aberto e demais pleitos, sejam retomados imediatamente pelo credor, sob risco de punição ao mesmo em caso de não atendimento. Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): Em 3 de março de 2020, as controladas indiretas CTR NI e Ecopesa, participaram do 4º leilão de venda de crédito de carbono organizado pelo Pilot Auction Facility for Methane and Climate Change Mitigation (PAF), mecanismo desenvolvido pelo Banco Mundial para estimular o investimento em projetos que reduzem as emissões de gases de efeito estufa. Para participar do leilão, foi necessário realizar o pagamento de uma taxa de USD 0,30 por crédito de carbono ofertado pela Companhia. Nesse caso, as controladas desembolsaram, em conjunto, o montante de USD370 equivalente a R\$1.690 na data de pagamento. As controladas foram bem-sucedidas no leilão, comercializando 1.232.500 créditos de carbono a um preço de USD 1,98 por CER, devendo as controladas gerar as quantidades comercializadas, no período de 3 de março a 31 de dezembro de 2020. Ainda há créditos sendo validados por auditoria externa e a previsão é de que a maior parte das validações ocorra até o final do primeiro semestre de 2022. Após a conclusão da certificação ocorrerão os respectivos recebimentos. Este montante na rubrica de clientes corresponde a R\$21.707 em 31 de dezembro de 2021. Em 23 de junho de 2020, a controlada indireta CTRA assinou contrato com a Caixa Econômica Federal para compra e venda de Certificados de Emissões (CERs). A comercialização de Reduções Certificadas de Emissões é lastreada em recursos do Carbon Partnership Facility (CPF), repassadas pelo Banco Mundial à Entidade Coordenadora, observando as condições contratuais. Valor unitário (CERs) - 1,91 Euro: Quantidade de CERs contratadas: • Período - 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2020 - 350.000 CERs; • Período - 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 - 467.180 CERs Em 31 de dezembro de 2021, os valores a receber pelas controladas referente as operações de crédito de carbono montam em R\$63.808 (R\$29.788 em 31 de dezembro de 2020), considerando variação cambial positiva de R\$1.091 no exercício. Em 2021 houve reconhecimento de receita complementar no montante de R\$1.687 em virtude da celebração de um novo contrato em substituição ao contrato já contabilizado na Ecopesa. No terceiro trimestre de 2021, a CTRNI e a Ecopesa receberam R\$703 e R\$1.614, respectivamente, referente a créditos já validados por terceiros. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R\$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopesa e Fox URE-JP. Os contratos em questão abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com potencial de preço adicional caso enquadrados em entidade do mercado voluntário. O processo de enquadramento em entidade do mercado voluntário é composto pelas seguintes etapas: 1. Desenvolvimento do projeto; 2. Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc.); 3. Envio do projeto para a nova entidade; 4. Revisão do projeto pela nova entidade; 5. Certificação do projeto. Atualmente a Companhia está elaborando os projetos supracitados para andamento da migração dos créditos e consequentemente dos valores unitários negociados.

6. Impostos e contribuições:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a recuperar				
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1)	974	6	2.396	2.364
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	-	-	1.013	690
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	-	966	1.283
Programa de Integração Social (PIS) (1)	-	-	194	757
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1)	-	-	165	2.523
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	188	188
Outros impostos a recuperar	-	-	364	409
Subtotal - tributos federais	974	6	5.286	8.214
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	78	100
Subtotal - tributos estaduais	-	-	78	100
Imposto sobre Serviços (ISS)	-	-	1.772	1.444
Subtotal - tributos municipais	-	-	1.772	1.444
Total	974	6	7.136	9.758

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, além de impostos retidos das aplicações financeiras.

b) Impostos e contribuições a recolher:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	-	60	1.050	1.946
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	16	-	5.215	12.862
Programa de Integração Social (PIS)	3	-	1.067	2.478
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	-	-	4.735	4.633
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	-	-	11.983	10.343
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	-	-	1.787	1.697
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	1.621	1.260
Outros impostos (*)	82	-	3.855	4.477
Total	101	60	31.313	39.696

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício: A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(80.293)	(9.688)	(19.493)	47.421
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	27.300	3.294	6.628	(16.123)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	25.712	44.305	246	197
Baixa de contas a receber incobráveis	-	(170)	-	(2.540)
Realização de adiantamentos de clientes	-	-	-	1.071
Créditos tributários não constituídos	(34.747)	(17.676)	(42.888)	(6.416)
Total do Imposto de renda e contribuição social	18.265	29.753	(36.014)	(23.811)
Alíquota efetiva (*)	(23%)	(307%)	185%	(50%)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	(37.534)	(23.297)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	18.265	29.753	1.520	(514)

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia. d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos: Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo				
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	141.940	-	141.940	-
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	12.380	10.979	-	-
Provisão para contingências	13.414	11.819	-	-
Ajuste a valor presente	3.582	20.058	-	-
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade	(40.995)	(58.226)	-	-
Total	130.321	126.570	-	-
Passivo				
Diferenças temporárias	-	-	-	-
Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009	(32.525)	(32.525)	-	-
Ajuste a valor presente - dívida com bradesco	(28.233)	(26.002)	-	-
	(60.758)	(58.527)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	69.563	68.043	-	-

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração a realização de reestruturações societárias que aumentem a eficiência tributária da controlada Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável. A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	TOTAL
	-	9.914	11.406	13.478	16.106	18.369	23.716	26.742	5.884	130.321

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação. O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009. Até o exercício findo em 2013, os ágios gerados por aquisições e incorporações foram integralmente amortizados para fins fiscais. Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

	31/12/2021		31/12/2020			
	Ativo	Passivo	Efeito líquido	Ativo	Passivo	Efeito líquido
Orizon Meio Ambiente (*)	126.739	(60.758)	65.981	126.570	(43.843)	82.727
Orizon	3.582	-	3.582	-	(14.684)	(14.684)

(*) Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente registrou montante R\$9.587 de passivo fiscal diferido sobre o montante do ajuste a valor presente da Operação de assunção da dívida com o Bradesco (Nota 12). Também constitui ativo fiscal diferido sobre montante do ajuste a valor presente constituído sobre saldos de debêntures emitidas para a controladora, ao qual já havia registrado passivo fiscal diferido sobre o mesmo valor constituído. Para efeitos de consolidação estes diferidos são anulados, tendo em vista estarem constituídos no ativo e passivo. Adicionalmente, a Orizon Valorização de Resíduos constitui ativo fiscal diferido no montante de R\$29.753 sobre reconhecimento de ajuste a valor justo da operação de debêntures com a controlada Orizon Meio Ambiente. Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de valor justo e valor presente das operações ativas da Orizon Meio Ambiente foram atualizados, o que gerou uma redução no saldo do passivo diferido de R\$17.169. *Passivo fiscal diferido (Controladora)*: O saldo apresentado abaixo se refere ao reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado da Companhia originado na operação com o FIDC NP, conforme melhor comentado na Nota 12.

Passivo fiscal diferido - Saldo apresentado no passivo não circulante

	31/12/2021	31/12/2020
PIS e COFINS diferidos:	-	14.684
COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP, conforme comentado na Nota 12.	-	-
Controladora e Consolidado		
31/12/2021	195.813	195.813
31/12/2020	9.105	9.105

7. Transações com partes relacionadas: Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Partes relacionadas - Ativo

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Orizon Meio Ambiente (1)	9.823	-	-	-
Foxx Holding (1)	15.147	3.845	-	-
CTR Nova Iguaçu (1)	2.057	2.137	-	-
LS Participações (2)	-	-	2.472	7.597
Gera Energia Brasil (3)	-	-	2.421	-
Mercurio (3)	-	-	2.122	-
Adiantamentos a diretores	-	-	-	888
Total	27.027	5.982	7.015	8.485

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. Ao longo de 2021 a Orizon Valorização de Resíduos transferiu montantes relevantes de recursos para suas controladas Orizon Meio Ambiente e Foxx Holding a partir dos recursos captados no processo de abertura de capital, ocorrido em fevereiro de 2021. Estas transferências visaram principalmente aportes em investimentos e pagamento de obrigações em aberto com credores, dentre os quais se destacam o pagamento antecipado de CCBs do Credit Suisse (Nota 12) e início dos investimentos para construção da UTM Jaboaão (Nota 1). No último trimestre de 2021, a controlada Orizon Meio Ambiente transferiu o montante de R\$64.000 para a controladora, reduzindo o saldo a receber dos recursos recebidos após o processo de abertura de capital no início de 2021. (2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro. (3) Conforme mencionado na nota 1, no final de 2021 a controlada Orizon Meio Ambiente firmou associação com as empresas Gera e Mercurio para participação no capital social da UTE Paulínia. Para tanto, houve aporte integral inicial no capital social feito pela Orizon Meio Ambiente, passando as demais sócias a serem devedoras da primeira via contrato de mútuo firmado, com remuneração fixada pela variação positiva do IPCA + 1% a.m., com vencimento em 14/01/2022. Os valores foram recebidos no início de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas - Passivo				
CTRM (1)	18.113	18.113	-	-
Orizon Meio Ambiente (1)	-	81.016	-	-
CTR Alcântara (1)	8.632	8.634	-	-
FOXX URE-BA	5.217	-	-	-
Pagamento baseado em ações liquidado em caixa	28.507	-	28.507	-
Bônus da administração (2)	239	-	239	-
Total	60.708	107.763	28.746	-
Circulante	16.829	-	16.829	-
Não circulante	43.879	107.763	11.917	-

(1) Referem-se a transações de conta corrente, oriundas de valores transferidos para pagamento das debêntures emitidas pela ORIZON. (2) Refere-se à remuneração da Administração por desempenho. **Pagamento baseado em ações liquidado em caixa:** No 1º trimestre de 2021, a Companhia registrou em seu passivo e no resultado do período (despesas com pessoal) o montante de R\$38.248 referente a pagamento baseado em ações em função de acordo com membros do corpo executivo em virtude de sucesso em evento de liquidez, no caso em questão, abertura de capital da Companhia para negociação de suas ações na B3, que ocorreu em fevereiro de 2021. A movimentação dos saldos no exercício está apresentada abaixo:

Movimentação do saldo		31/12/2021	31/12/2020
Saldo constituído no 1º trimestre de 2021		38.248	(13.281)
Pagamentos		-	3.540
Atualizações (1)		-	28.507
Saldo em 31 de dezembro de 2021		38.248	16.829
O cronograma de pagamentos está apresentado abaixo:		5.958	5.720
2022		5.958	5.720
2023		-	-
2024		-	-



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

9. Investimentos: A movimentação dos investimentos (Controladora e Consolidado) para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Controladora - 31/12/2021		Controladora - 31/12/2020	
	31/12/2020	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2021	31/12/2020
Orizon Meio Ambiente	733.044	59.137	792.181	733.044
Foxx Holding	10.879	16.487	27.366	10.879
Total	743.923	75.624	819.547	743.923

	Controladora - 31/12/2021		Controladora - 31/12/2020	
	31/12/2019	Bônus de subscrição - Reflexo	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2020
Orizon Meio Ambiente	449.948	156.664	126.432	733.044
Foxx Holding	7.003	-	3.876	10.879
Total	456.951	156.664	130.308	743.923

	Controladora - 31/12/2021		Controladora - 31/12/2020	
	31/12/2020	Aumento de capital/ AFAC	Despesa de equivalência patrimonial	31/12/2021
Ses Haztec	(158)	-	-	(158)
Vamtec Orizon	(845)	2.123	724	2.002
UTE Paulínia	-	2.420	2.420	2.420
Total	(1.003)	4.543	724	4.264

	Controladora - 31/12/2021		Controladora - 31/12/2020	
	31/12/2019	Despesa de equivalência patrimonial	31/12/2020	31/12/2020
SES Haztec (i)	(158)	-	-	(158)
Vamtec Orizon	(1.423)	578	(845)	(845)
Total	(1.581)	578	(1.003)	(1.003)

(i) Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 19 (R2)/ IFRS 11 - Negócios em Conjunto, as investidas em que a Companhia possui controle compartilhado, não são consolidadas. Composição do saldo: Informações financeiras das controladas diretas e indiretas, controladas indiretas em conjunto e coligada indireta:

Investimento	Orizon Meio Ambiente	Foxx	Vamtec Haztec (i)	SES Haztec (i)
Patrimônio líquido em:				
31/12/2021	792.181	27.366	4.004	(158)
31/12/2020 (*)	733.044	10.879	(1.690)	(158)
Resultado do exercício findo em:				
31/12/2021	59.137	16.487	1.448	-
31/12/2020	126.432	3.876	1.156	-

(*) Em junho de 2020 foi registrado montante de R\$156.664 referente a bônus de subscrição de ações, conforme detalhado na nota 20. (1) A SES Haztec não possui resultados para os exercícios apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% neste investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON. Composição do saldo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Investimentos	819.547	743.923	4.422	-
Provisão para perdas em investimentos (*)	-	-	(158)	(1.003)
Total, líquido	819.547	743.923	4.264	(1.003)

(*) A provisão para perdas em investimentos está classificada no passivo não circulante.

10. Imobilizado (consolidado)

Imobilizado, líquido	Consolidado								
	Terrenos	Veículos	Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)	Edificações	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações (2)	Mais Valia	Total
Custo									
Saldo em 01/01/2020	24.000	3.550	8.674	1.018	3.831	50.542	505.057	10.800	607.472
Adições	-	596	72	-	143	3.508	42.958	-	47.277
Baixas	-	-	-	-	-	(209)	(14)	(858)	(1.081)
Saldo em 31/12/2020	24.000	4.146	8.746	1.018	3.974	53.841	548.001	9.942	653.668
Adições	-	-	1.037	-	550	3.519	122.276	-	127.382
Transferência	(3.566)	-	(23)	3.565	5	(5.761)	5.780	-	-
Saldo em 31/12/2021	20.434	4.146	9.760	4.583	4.529	51.599	676.057	9.942	781.050
Depreciação acumulada									
Saldo em 01/01/2020	-	(3.483)	(8.361)	(443)	(2.942)	(40.002)	(278.641)	(1.442)	(335.314)
Adições	-	(91)	(81)	(12)	(199)	(2.519)	(30.740)	(595)	(34.237)
Baixas	-	-	-	-	-	78	-	-	78
Saldo em 31/12/2020	-	(3.574)	(8.442)	(455)	(3.141)	(42.443)	(309.381)	(2.037)	(369.473)
Adições	-	(133)	(39)	(13)	(177)	(2.527)	(32.240)	(659)	(35.788)
Transferência	-	3	23	(3)	(8)	5.380	(5.395)	-	-
Saldo em 31/12/2021	-	(3.704)	(8.458)	(471)	(3.326)	(39.590)	(347.016)	(2.696)	(405.261)
Imobilizado, líquido									
Saldo em 31/12/2020	24.000	572	304	563	833	11.398	238.620	7.905	284.195
Saldo em 31/12/2021	20.434	442	1.302	4.112	1.203	12.009	329.041	7.246	375.789

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 20% a.a.). (2) Referem-se substancialmente à construção de "células" (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula, normalmente entre cinco e oito anos, correspondente a uma taxa média ponderada que se aproxima de 15% a.a., dependendo da razão entre o volume tratado (metros cúbicos) e a capacidade total de cada célula. (3) Nesta rubrica também está classificado o montante de R\$57.736 e R\$51.424 referentes aos projetos para construção da unidade de WTE e UTM (nota 1) das controladas indiretas Foxx URE-BA e UTM Jaboaão, respectivamente. Orientação OCPC 05 - Contratos de concessão (Consolidado)

	Licença de operação (LI) (1)	Licença de operação (LO)
Custo		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	650	1.696
(+) Adições	-	528
Saldo em 1º de janeiro de 2021	650	2.224
(+) Adições	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	650	2.224
Amortização		
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(391)	(1.023)
(+) Adições	(19)	(83)
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(410)	(1.106)
(+) Adições	(29)	(159)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(439)	(1.265)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	240	1.118
Saldo em 31 de dezembro de 2021	211	959

(*) As licenças de instalação estão apresentadas na rubrica de "instalações" no ativo imobilizado. Objetivando atender ao previsto na Orientação OCPC 05, os aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) definiram por proceder ao registro dos custos ambientais futuros decorrentes das licenças de implantação ("Lis") no ativo imobilizado e licenças de operação ("LOs") no ativo intangível, reconhecendo em seus ativos e passivos o valor presente das respectivas obrigações. As controladas indiretas (aterros sanitários) realizaram o levantamento detalhado quanto aos custos e prazos dos programas relacionados à fase de implantação, bem como aqueles decorrentes das licenças de operação que vigorarão até o final das concessões, ou seja, durante toda a fase de operação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não identificamos fatos relevantes que afetem os registros destas licenças. Após o registro inicial, os saldos são atualizados mensalmente, com base na taxa que reflete o custo médio ponderado de capital da Companhia quando da realização do referido estudo. Os valores contabilizados serão amortizados mensalmente até o final das suas respectivas licenças ambientais.

11. Intangível (consolidado):

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Aquisições:		
Novager Eco-Energia Ltda. (i)	3.533	3.533
Ecopesa Ambiental S.A. (i)	35.235	35.235
Carteira de clientes	654	2.415
Acordo de não competição	193	524
Força de trabalho	11	29
Plastimassa Tecnologia em Tratamento de Resíduos Ltda. (i)	8.065	8.065
El Capitan Participações e Investimentos S.A. (ii)	10.107	10.107
Gaia - Gestão Ambiental da Indústria Ltda. (i)	14.933	14.933
E-Ambiental Ltda. (i)	3.990	3.990
Haztec Sul Tecnologia e Planejamento Ambiental Ltda. (i)	107	107
ETR Gramacho (i)	2.731	2.731
Carteira de clientes	190	1.328
Acordo de não competição	49	340
Subtotal - ágios e mais valias relacionados a aquisição de investimentos	79.798	83.337
Concessão da CTRNI - alocação de preço de compra	8.069	8.681
Concessão da CTRA - alocação de preço de compra	1.492	1.786
Subtotal - concessões	9.561	10.467
Condicionantes das licenças de operação (LOs)	1.008	1.118
Gastos na comercialização de crédito de carbono	-	1.182
Software	474	270
Total	90.841	96.374

(i) Ágios oriundos de aquisições de investimentos adquiridos entre 2008 e 2009 até 2016 e incorporados nos mesmos períodos. Em função dos ágios serem fundamentados em rentabilidade futura (goodwill), os mesmos são reconhecidos e testados separadamente, a cada ano, em relação aos seus valores recuperáveis. (ii) Ágio oriundo de incorporação reversa realizada em 2007. A movimentação dos intangíveis é como se segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro de 2020	102.423	102.423
Adição de outros intangíveis	2.177	2.177
Amortização - mais-valia	(3.537)	(3.537)
Amortização dos intangíveis de concessão	(904)	(904)
Amortização de outros intangíveis no exercício	(1.025)	(1.025)
Baixa de intangível	(2.760)	(2.760)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	96.374	96.374
Adição de intangíveis	269	269
Amortização - mais-valia	(3.539)	(3.539)
Amortização dos intangíveis de concessão	(1.016)	(1.016)
Amortização de outros intangíveis no exercício	(1.247)	(1.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	90.841	90.841

Perdas por redução ao valor recuperável: No mínimo, uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios ("goodwill") gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2021, a Companhia realizou a análise de indicativos de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável dos mesmos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes: • Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia; • Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos. A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

UGC	Taxa média de Crescimento	Taxa de desconto antes dos impostos	Ativos líquidos em 31/12/2021	Metodologia Utilizada
Remediação e Consultoria	4,5%	15%	65.915	Valor em uso
Plastimassa	11%	15%	14.985	Valor em uso
Ecopesa	4,5%	15%	95.614	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	11%	15%	16.012	Valor em uso

12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos:

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Orizon Meio Ambiente (i)	Debêntures	30/11/2023	CDI + 2,5% a.a.	714.730	663.888
Custos com emissão de Debêntures	Debêntures	-	-	(1.974)	(1.974)
Ajustes a valor justo	Debêntures	-	-	(53.818)	(108.304)
Total	-	-	-	658.938	553.610

Circulante
Não circulante

(i) Valor decorrente das debêntures da Orizon adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, cujos efeitos de vencimento foram suspensos até novembro de 2023, através de waiver, conforme divulgado nesta nota, mais abaixo.

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2021	31/12/2020
Banco ABC Brasil	CCBs	02/06/2023	CDI + 3,8% a.a.	18.269	30.223
Banco ABC Brasil	CCBs	11/10/2024	CDI + 2,6% a.a.	12.825	-
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil)	CCBs	10/07/2025	CDI + 9,5% a.a. e 21% a.a. (1)	-	283.277
		10/07/2026	CDI + 1% a.a.	66.414	62.954
Banco Bradesco	CCB	30/04/2029	CDI + 3,8% a.a. e 21% a.a. (1)	(17.228)	(19.963)
Custos com emissão de Debêntures	-	-	-	(1.974)	(2.109)
Debêntures	Debêntures	15/11/2031	CDI + 3,8% a.a.	502.255	-
		15/11/2035	IPCA + 6,76% a.a.	(24.255)	(28.724)
Ajuste a valor justo	-	-	-	556.276	325.658
Total	-	-	-	16.844	43.921
Circulante	-	-	-	539.932	281.737
Não circulante	-	-	-	-	-

(*) Ao longo do exercício de 2021, a Companhia quitou sua dívida junto ao Credit Suisse.

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	553.610	425.492	325.658	447.379
Encargos financeiros	51.606	40.609	41.046	41.627
Ajuste a valor justo/ presente	53.722	87.509	4.469	(28.724)
Captações/ assunções de dívida	-	-	515.000	374.693
Custos na captação de recursos	-	-	(17.228)	(19.923)
Amortização de gastos na captação de recursos	-	-	20.057	-
Pagamento de principal	-	-	(236.936)	(469.358)
Pagamento de juros	-	-	(95.790)	(20.036)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 e 2020	658.938	553.610	556.276	325.658

Em junho de 2020 a dívida que a Synthesis possuía junto ao Bradesco foi cedida para a Orizon Meio Ambiente no montante corrigido de R\$61.542, passando a Orizon a ser devedora de sua controlada direta, quitando a dívida que possuía em aberto com a Synthesis. Em virtude desta transação, a Companhia possui reconhecido montante de R\$24.255 (R\$28.724 em 31 de dezembro de 2020) como ajuste a valor presente, de forma a refletir o fluxo temporal dos valores a receber da controladora Orizon Valorização de Resíduos. O efeito do ajuste a valor presente reduziu a dívida reconhecida em conta redutora no passivo, que será realizado até o vencimento da mesma. Cronograma de pagamentos: Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2023	658.938	12.147
2024	-	14.614
2025	-	19.314
2026	-	28.971
2027 em diante	-	464.386
Total	658.938	539.432

Emissões de debêntures da Orizon Meio Ambiente: CEF - Carteira Administrada de Saneamento do FGTS: Em 15 de abril de 2011, posteriormente aditada em dezembro de 2014, a controlada Orizon Meio Ambiente emitiu o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples ("Instrumento"), não conversíveis em ações, com garantia fluante e garantias adicionais para distribuição pública, com esforços restritos de colocação, no valor de R\$245.000, em série única, pelo prazo de 12 anos, ao custo de TR + 8,5% a.a. Algumas obrigações foram pactuadas na escritura, como cláusulas restritivas (covenants) financeiras, constituição de garantias e a emissão de classificação de risco (rating) anual para a operação, emitido por agência de



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

Emissão das Debêntures da Primeira Série serão utilizados exclusivamente para os custos relativos à Emissão, e para a consecução, adequação e ampliação das centrais de tratamento de resíduos localizadas em Barra Mansa, Nova Iguaçu e Alcântara, enquanto os recursos captados na Emissão das Debêntures da Segunda Série serão utilizados para refinanciamento de dívidas existentes e para utilização geral da Companhia, de acordo com seu objeto social. As séries foram emitidas pela controladora Orizon Meio Ambiente. As debêntures possuem prazo de carência de principal e a partir de novembro de 2023, os valores de principal e juros começarão a ser pagos em parcelas semestrais até os respectivos vencimentos da primeira e segunda série, em 15 de novembro de 2035 e 15 de novembro de 2031, respectivamente. As correções das séries ocorrerão pelo CDI + 3,8% a.a e IPCA + 6,76% a.a., respectivamente. A referida Escritura Particular possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures, cuja avaliação tem validade a partir da data base de 31 de março de 2022. Dentre estas destacam-se: • Listagem da controlada Orizon Meio Ambiente na CVM - Tipo B até o encerramento do exercício corrente a partir de 31 de dezembro de 2022. • Apresentação das demonstrações financeiras da Orizon e sua controlada Orizon Meio Ambiente acompanhadas do relatório do auditor independente, em até 90 dias para exercício social (auditoria anual completa) e 45 dias para as informações trimestrais (revisões limitadas); • Manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como: Relação Dívida Líquida x EBITDA - 4,5x a 3,5x escalonada até o vencimento; Relação EBITDA x Despesa Financeira - Inferior a 2,0x; Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,25x; • Não estar inadimplente para com os debenturistas, mantendo os pagamentos de forma regular, conforme cronograma de pagamento da Escritura; • Não ceder ou transferir suas obrigações de pagamentos da Escritura a terceiros ou qualquer empresa do Grupo; • Não haver decretar decreto falência da devedora ou de qualquer fiadora; • Não extinguir de forma antecipada nenhum dos contratos de concessão das controladas indiretas envolvidas como garantidoras da Escritura, dentre outros. **Emissões de debêntures da Orizon:** **4ª Emissão de novas debêntures simples - não conversíveis em ações:** Em 6 de fevereiro de 2013, a Companhia emitiu Escritura Particular de Debêntures Simples ("Escritura Particular"), não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R\$256.000, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI+Spread que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/EBITDA". As debêntures possuem prazo de carência de principal de 24 meses. A partir de fevereiro de 2015, os valores de principal e juros começaram a ser pagos em 11 parcelas de forma semestral até o vencimento. A referida Escritura Particular possuía originalmente alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. Esta emissão de debêntures teve como principal objetivo o alongamento do perfil da dívida com as instituições financeiras citadas acima. Atualmente, a Orizon Meio Ambiente é a atual debenturista da 4ª Emissão de novas debêntures simples da Orizon. Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu uma Escritura Particular de Debêntures Simples ("Escritura Particular") objetivando única e exclusivamente o pagamento dos juros remuneratórios da última emissão de debêntures simples. **5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento à 4ª Emissão:** Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia emitiu a Escritura Particular de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, com garantias adicionais reais e fidejussórias, no valor de R\$150 milhões, em série única, pelo prazo de 7 anos, ao custo de 100% da variação acumulada da DI+Spread que varia de 2,50% a 4% a.a., dependendo da relação "Dívida Líquida/ EBITDA". As debêntures possuem prazo de carência de principal e juros de 24 meses com cronograma de pagamento a partir de janeiro de 2017, devendo os valores de principal e juros começarem a ser pagos trimestralmente, em 21 parcelas, até o vencimento destas debêntures, que originalmente deveria ocorrer em janeiro de 2022. Conforme detalhado nesta nota, atualmente a operação está suportada por *waiver* obtido em 2021 com validade até novembro de 2023 com efeito de suspensão de vencimento desta dívida. A 5ª Emissão de Debêntures da Companhia possui alguns *covenants* financeiros e não financeiros, relacionados principalmente à situações de inadimplência junto a outras instituições financeiras e reestruturações societárias, em que não haja prévia aprovação dos debenturistas e das instituições financeiras que escrituraram estas debêntures. A emissão das debêntures objetivava o pagamento dos juros remuneratórios devidos até a respectiva data no âmbito da Escritura Particular da Quarta Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em Ações ora vigente com as mesmas instituições financeiras credoras. Atualmente, a Orizon Meio Ambiente é a atual debenturista da 5ª Emissão de Debêntures Simples da Orizon. **Suspensão dos efeitos de vencimento - 4ª e 5ª emissões de debêntures:** Em 18 de dezembro de 2020, foram assinados, pela controlada Orizon Meio Ambiente, documentos de *waiver* para suspensão dos efeitos de vencimentos antecipados de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias decorrentes das 4ª e 5ª emissões de debêntures, pelo não cumprimento, nos prazos indicados nas Escrituras de Emissões, das obrigações de responsabilidade da Emissora, inclusive em relação as parcelas vencidas e vincendas. O documento de *waiver* posterga os referidos vencimentos até novembro de 2023, prazo máximo para as presentes emissões serem reestruturadas. **Arrendamentos (Consolidado):** A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal de suas operações inerentes às suas atividades operacionais. A Companhia adota os seguintes expedientes práticos na mensuração dos impactos a serem produzidos quando da aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16: • Aplicação de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características semelhantes. A Companhia adotou a taxa de 9,5% a.a. em consonância com o custo médio de capital. • Aplicação da isenção de não reconhecimento dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos com um período inferior a 12 meses e para arrendamentos de baixo valor. Os pagamentos associados a esses contratos serão reconhecidos como uma despesa em base linear durante o prazo contratual. As despesas dos contratos não alcançados pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16 estão alocadas na rubrica de locação de equipamentos. • Utilização de informação observável retrospectiva para determinar o prazo de arrendamento, considerando as opções de extensão ou rescisão contratual. A movimentação dos arrendamentos para 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	12.163
Adição de novos contratos no exercício	7.260
Pagamento de principal	(7.704)
Pagamento de juros	(1.249)
Juros apropriados no exercício	1.249
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.719
Adição de novos contratos no exercício	22.198
Pagamento de principal	(12.132)
Pagamento de juros	(2.672)
Juros apropriados no exercício	1.844
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.957
	Controladora
	9.526
	11.431

Circulante 9.526 5.493
 Não circulante 11.431 6.226

Cronograma de pagamentos (consolidado): Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos arrendamentos no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2023	5.788
2024	2.711
2025	1.234
2026	1.037
2027 em diante	661
Total	11.431

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente a contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos, e possuem duração média de 1 a 7 anos, podendo ser os mesmos renovados no final destes contratos. Em 31 de dezembro de 2021, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2020	11.585
Adições no exercício	7.260
Amortização do direito de uso no exercício	(7.644)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.201
Adição de novos contratos	19.414
Amortização do direito de uso no exercício	(11.805)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	18.810

Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2021 de R\$1.483 (713 em 31 de dezembro de 2020).

13. Fornecedores: Os saldos em aberto referem-se principalmente à aquisição de materiais e serviços para operação em projetos da controladora e nos aterros sanitários das controladas. A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Controladora	Consolidado
31/12/2021	126	43.810
31/12/2020	812	43.166

14. Outorgas a pagar (consolidado): Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros clientes que não o poder concedente. As outorgas são calculadas sobre todas as receitas geradas no aterro sanitário, excetuando-se as receitas oriundas com o próprio poder concedente, no qual a empresa opera sob concessão, através de percentuais definidos nos respectivos contratos de concessão. Os cálculos são mensais e ao final de cada período os valores de outorgas são registrados no resultado contra passivo correspondente. A quitação da obrigação pode ocorrer por pagamento direto ao concedente ou via compensação com saldos a receber de serviços faturados contra o próprio poder concedente, se houver mútuo acordo. As outorgas oriundas da controlada CTRNI, a partir de julho de 2013 começaram a ser quitadas por meio de compensação com as contas a receber das Concedentes (Nota 5). As outorgas vencidas e ainda não compensadas são corrigidas pelo mesmo índice de correção do contas a receber da prefeitura de Nova Iguaçu (INPC/IBGE + juros de 1% ao mês).

	Percentual da outorga	31/12/2021	31/12/2020
Orizon Meio Ambiente (1)	10%	101	101
CTRNI (2)	10%	5.856	2.272
CTRAL	2%	2.150	4.054
CTRBM	6%	4.153	985
URE-JP	10%	381	-
Total		12.641	7.412

(1) Outorgas calculadas sobre contratos anteriores de comercialização de crédito de carbono, através da incorporação da Novagerar em 2009 (antigo controladora da CTRNI). (2) Outorgas calculadas sobre operações realizadas no aterro sanitário de Nova Iguaçu, sobre as seguintes transações: tratamento e destinação de resíduos, comercialização de biogás e comercialização de crédito de carbono.

15. Salários e encargos sociais:

	Controladora	Consolidado
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Salários e honorários a pagar	482	2.323
INSS a recolher	165	2.419
FGTS a recolher	-	446
Provisão e encargos sobre férias	-	6.448
IRRF sobre salários	361	975
Outros	-	99
Total	1.008	12.710

16. Parcelamento de impostos (consolidado):

	Controladora	Consolidado
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
INSS	1.805	1.837
ISS (1)	120	1.668
ICMS (2)	1.744	2.567
COFINS (3)	19.381	12.512
IRPJ (3)	10.899	4.979
CSLL (3)	4.622	2.018
PIS (3)	3.994	2.780
PERT (3)	1.786	2.006
Total	44.351	30.367
Circulante	7.561	6.707
Não circulante	36.790	23.660

As informações referentes aos impostos parcelados do Consolidado estão apresentadas a seguir:

	Valor original	Quantidade de parcelas	Parcelas a vencer	Índices de correção
INSS	5.308	16 a 60	29 a 48	Selic + Multa de 20%
ISS	2.096	24 a 84	9	Mora + IPCA
ICMS	264	36 a 120	45	Mora + UFIR
IRPJ	3.423	60	29 a 45	Selic + Multa
CSLL	1.519	60	29 a 45	Selic + Multa
PIS	2.987	60	29 a 45	Selic + Multa
COFINS	14.086	60	29 a 45	Selic + Multa

(1) Em 18 de março de 2016, a controlada indireta CTRNI obteve homologação da solicitação de processo de parcelamento de ISS junto à Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu. O processo homologou parcelamento no montante de R\$4.884 (corrigidos por multa e juros) em 36 parcelas, tendo o efeito de reclassificação de impostos a recolher para parcelamento de impostos, considerando já se tratar de dívida anteriormente registrada. Esse parcelamento foi integralmente quitado em 2020. O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021 refere-se à homologação de parcelamento de ISS das controladas indiretas CTR BM e CTRA. (2) Em 2014, a Orizon Meio Ambiente aderiu ao programa especial de parcelamento de ICMS (PEP) para saldos em aberto, junto ao Estado de São Paulo. O montante total parcelado foi de R\$3.525, dividido em 120 vezes. As parcelas de R\$29 vêm sendo pagas desde dezembro de 2014, sendo a última parcela com vencimento para maio de 2024. (3) Em 2019, as controladas indiretas CTRA, CTRBM, CTRNI, ETR, Ecopesa e Foxx URE-BA homologaram processos de parcelamento de impostos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) junto à Receita Federal do Brasil, no montante total de R\$7.518. A dívida será quitada em 60 parcelas, corrigida por multa e juros. No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R\$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controlada

das indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R\$14 milhões, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. **Cronograma de pagamentos:** Em 31 de dezembro de 2021, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2023	5.878
2024	2.884
2025	2.184
2026 em diante	25.144
Total	36.790

17. Provisão para contingências: Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável: Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, a Administração registrou uma provisão para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas	20.963	23.182
Cíveis	12.009	11.092
Tributárias	188	488
Total	33.160	34.762

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Trabalhistas	Tributários	Cível	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	16.511	433	2.047	18.991
Adições (Reversões)	6.852	55	9.125	16.032
Pagamentos	(181)	-	(80)	(261)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.182	488	11.092	34.762
Adições (Reversões)	(2.121)	(300)	6.708	4.287
Pagamentos	(98)	-	(5.791)	(5.889)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.963	188	12.009	33.160

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Os processos cíveis provisionados, estão relacionados principalmente à controlada indireta Foxx URE-BA, referentes a litígios com fornecedores na implantação de projeto para a planta de waste-to-energy, cujos saldos estão substancialmente suportados por depósitos judiciais e bloqueios de determinados recebíveis. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos. a) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas demonstrações financeiras são conforme quadro abaixo:

	Consolidado
31/12/2021	31/12/2020
245.782	219.996
6.319	7.726
189.325	175.326
441.426	403.048

Ação cível (Consolidado): Em 2005, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro ajuizou a Ação Civil Pública nº 2005.004.080695-8 em face da S.A. Paulista de Construções e Comércio, CTRA e outros, alegando a prática de atos de improbidade administrativa no âmbito de processo licitatório promovido pelo Município de São Gonçalo com vistas à implementação dos serviços de implantação e operação do Sistema de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos (Edital de Licitação nº 13/03 e Contrato de Concessão nº 001/04). A época, o valor atribuído à causa foi de R\$145.992, tendo se mantido no mesmo montante até 31 de dezembro de 2021. Em 2019, por meio de determinação de Acórdão foi instaurado processo realizando a citação do Consórcio HaztecServengMana, do qual a Orizon Meio Ambiente ("antiga Haztec") era participante até 2012, para processos de diligência e pericia final das alegações do Autor do processo de superfaturamento no montante de R\$15.209 em obras e serviços executados anteriormente pelo Consórcio. Atualmente o processo tramita com a apresentação de defesa e aguardo do despacho final. Em setembro de 2021, o processo foi avaliado com prognóstico de perda possível no montante atualizado de R\$33.436, passando a ser divulgado nesta seção. Em 2005 foi ajuizado processo com o objetivo de incluir a Orizon Meio Ambiente S.A. e outras cinco empresas em ação civil por perdas, danos e danos morais. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atribuído à causa era R\$18.533,1. Em 2014, foi solicitada ação indenizatória, objetivando a condenação das rés, dentre elas a Orizon Meio Ambiente, ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças celebrado entre a Orizon Meio Ambiente e Aquamec Equipamentos Ltda., da qual o Autor era sócio. O processo está em andamento, sendo acompanhado pelos consultores jurídicos da Companhia e em 31 de dezembro de 2021, o valor atribuído à causa era R\$7.329. **Tributários (Consolidado): Imposto de Renda e Contribuição Social (Consolidado):** Trata-se de discussão sobre IRPJ e CSLL no valor de R\$17.089, referentes ao ano-calendário 2008, decorrente de dedução de despesas e adições não computadas das empresas incorporadas Azurix, Aquamec, Novagerar e El Capitan. Trata-se de discussão sobre IRPJ e CSLL no valor de R\$10.222 referentes ao ano-calendário de 2012, apurados com base no lucro presumido, acrescidos de multa de ofício e juros de mora contra a Ecopesa. Em março de 2017 foi apresentada Impugnação ao auto de infração. Em janeiro de 2018 foi proferida decisão julgando improcedente a impugnação apresentada. Em março de 2018, foi interposto Recurso Voluntário. Aguarda-se decisão acerca do recurso voluntário interposto. Em 2018, a controlada indireta Ecopesa recebeu Auto de Infração da Receita Federal ("RFB") de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (IRPJ e CSLL), no montante original de R\$19.781 (R\$11.547 em 31 de dezembro de 2020). O Auto de Infração trata de questionamentos sobre a base de presunção do Lucro Presumido, no recolhimento de IRPJ e CSLL realizados pela controlada no ano-calendário de 2015. Atualmente, a Companhia aguarda decisão da impugnação feita pelos advogados patrocinadores da causa. Em 2020 a controlada Orizon Meio Ambiente e as controladas indiretas CTRNI, CTRA e CTRBM receberam Autos de Infrações da Receita Federal ("RFB") relativos a supostos débitos identificados de IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IOF e contribuições previdenciárias no montante total de R\$131.798. Atualmente os processos tramitam em Primeira Instância da Delegacia da Receita Federal de Julgamento, aguardando decisão acerca de impugnação já apresentada. Além das causas já mencionadas acima, a Companhia é parte de varias outras demandas judiciais e administrativas de naturezas diversas (civil, trabalhista, tributária, concursal etc), cuja análise jurídica da companhia e de seus advogados externos apresentam prognóstico de perda remota. a) **Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, à causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
11	11	6.679
11	11	8.498

Depósitos judiciais 11 11 6.679 8.498
 Em 2019 a controlada direta Orizon Meio Ambiente e a controlada indireta Foxx URE-BA, se tornaram objeto de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por fornecedor da Foxx URE-BA, requerendo o pagamento decorrente de acordo comercial e contrato celebrado entre as partes. Desta forma certos recursos entraram em bloqueio judicial até a conclusão do processo. Em 31 de dezembro de 2021 o montante bloqueado judicialmente corresponde a R\$5.800 (R\$4.183 em 31 de dezembro de 2020), aumento no exercício se deve principalmente ao bloqueio dos recebíveis oriundos do acima citado. **18. Adiantamento de clientes (consolidado):** Em 15 de outubro de 2014, a CTRNI e a CTRA firmaram contratos para fornecimento de biogás, em regime de exclusividade, do gás bioquímico extraído e coletado dos aterros sanitários de Nova Iguaçu (RJ) e de São Gonçalo (RJ), para a Nova Iguaçu Energia e Gás Renovável Ltda. ("NIEGAR") e São Gonçalo Energia e Gás Renovável Ltda ("SGEGAR"), respectivamente, entidades que atuam na geração de energia a partir do biogás dos aterros sanitários Os contratos de fornecimento de biogás possuem as principais características, descritas a seguir: **Vigência:** CTRNI - 15 de dezembro de 2034. CTRA - 10 de agosto de 2030. **Prego:** os contratos estabelecem preços de R\$0,12 à R\$0,14 por Nm³ (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, que estabeleçam demandas mínimas de 1.369 Nm³/h para a CTRA e 2.933 Nm³/h para a CTRNI (unidade de vazão Normal Metro Cúbico por Hora), reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. **Compensação:** conforme cláusula contratual, o adiantamento será compensado por meio de abatimento dos valores a receber das notas emitidas, à razão de 40% (quarenta por cento). No 1º trimestre de 2016, a Companhia iniciou as atividades de fornecimento de biogás ao cliente Gás Verde, posteriormente NIEGAR e SGEGAR assumiram os contratos que eram da Gás Verde perante à CTRNI e CTRA. A segregação entre os saldos classificados como passivo circulante e não circulante é realizada com base na receita estimada da venda de biogás no exercício seguinte. A partir deste valor aplicamos o percentual de 40% (quarenta por cento) estabelecido em contrato. Em 2017 a Gás Verde quitou o saldo que a CTRA possuía em aberto junto ao Paraná Banco como forma de adiantamento contratual estabelecido para o início da operação de comercialização do biogás, no valor de R\$14.000. Este adiantamento foi reconhecido pela CTRA como uma obrigação junto a Gás Verde e passou a ser compensado quando do início da operação de comercialização de biogás. O adiantamento tem sido compensado com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde. Em 27 de fevereiro de 2015, a controlada direta CTRNI também recebeu adiantamento da Gás Verde (posteriormente NIEGAR) para a comercialização de Biogás, no montante total de R\$9.308, sendo R\$7.308 em caixa e R\$2.000 por meio de compensação de dívida de parte relacionada. Adicionalmente, conforme contrato firmado entre as partes, em virtude da prorrogação do prazo de concessão do aterro sanitário, em julho de 2017, a CTRNI recebeu novo adiantamento do cliente Gás Verde no montante de R\$10.000. Os montantes foram reconhecidos pela CTRNI como uma obrigação junto a Gás Verde (posteriormente NIEGAR) e desde o início da comercialização de biogás tem sido compensados com as faturas de receita de biogás emitidas contra a Gás Verde/NIEGAR. A partir de 2018, as controladas CTRNI e CTRA começaram a faturar e receber os valores com base nas medições correntes. Conforme descrito na Nota 12, os recebíveis da venda de biogás foram oferecidos em garantia para a operação com o Credit Suisse em junho de 2020, anteriormente os recebíveis eram dados em garantia da operação com o FIDC NP, liquidado também em junho de 2020. A dívida junto ao Credit Suisse foi quitada no final de 2021. Conforme divulgado na nota 5, as partes assinaram Termo Aditivo ao Memorando de Entendimentos, liquidando os valores que estavam em aberto até 30 de setembro de 2021. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

Saldo em 1º de janeiro de 2020	18.864
Adiantamentos recebidos	9.845
Compensações	(5.932)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.777
Adiantamentos recebidos	17.492
Compensações	(20.074)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	20.195

19. Contas a pagar: Arbitragem: Em 31 de janeiro de 2012 a Biogás instaurou procedimento de arbitragem referente ao Instrumento Particular de Opção de Compra e Venda de Ativo" contra a controlada Orizon Meio Ambiente, tendo a mesma reconhecido dívida diante de Sentença Arbitral. Em 15 de outubro de 2014, a Orizon Meio Ambiente e a Biogás assinaram Instrumento Particular de Assunção de dívidas. Por este instrumento, as controladas indiretas CTRNI e CTRA assumiram a dívida integral da Orizon Meio Ambiente (R\$26.480 na data-base do acordo) já acrescida dos encargos. Deste valor, a CTRA assumiu o montante de R\$9.930 e a CTRNI o montante de R\$16.550. Por sua vez, a Biogás transferiu o direito destes valores a receber para a Gás Verde, a qual possuía contratos firmados com a CTRA e CTRNI para aquisição de biogás gerado na operação dos aterros sanitários. Com base nos termos supracitados, foi acordado que valores agora devidos pela CTRA e CTRNI para a Gás Verde (NIEGAR/ SGEGAR) no âmbito da arbitragem, seriam abatidos a razão de 30% de cada devida pela mesma. Em 22 de junho de 2020, a controlada Orizon Meio Ambiente juntamente com a NIEGAR e SGEGAR assinaram termo de ratificação de entendimentos e confirmação de valores para compensação de saldos a receber do contrato de comercialização de biogás com os saldos provisionados de arbitragem. Em 31 de dezembro de 2021, os valores são apresentados conforme abaixo:

	CTR NI	CTRA	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	13.810	10.855	24.665
Compensações com valores faturas de biogás	(9		



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

minal, subscritas e totalmente integralizadas, com a seguinte composição acionária: A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2021:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Inovatec Participações S.A.	37.582	52,56%
Spectra Portinari Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	7.019	9,82%
Távola Capital Gestora de Recursos Ltda	4.862	6,80%
Free Float	22.037	30,82%
Total	71.500	100,00%

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2020:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Inovatec Participações S.A.	37.633	73,47%
Spectra Portinari Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	12.074	23,58%
SH 1000 Participações S.A.	479	0,93%
SGRP Empreendimentos e Participações S.A.	404	0,79%
Pro-Ambiente Gerenciamento e Projetos Ltda.	140	0,27%
Outros minoritários	491	0,96%
Total	51.221	100,00%

Em 06 de janeiro de 2020, as empresas SH1000 Participações S.A. ("SH1000") e Inovatec Participações S.A. ("Inovatec"), sendo ambas acionistas da Orizon - controladora da Orizon Meio Ambiente, assinaram instrumento particular de transferência de ações e outras avenças. A SH1000 transferiu 260 ações para a Inovatec, reduzindo sua participação para 0,93481% antes da conversão das debêntures e, 0,8975% após eventual exercício de conversão das debêntures pela Inovatec Participações S.A.. Esta transação não gerou impacto no resultado da Companhia. Em 28 de outubro de 2020, os acionistas Infrabrasil Fundo de Investimentos em Participações e Fundo de Investimentos em Participações Caixa Ambiental, transferiram respectivamente 809 e 399 ações para a Spectra Portinari Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia através de acordo firmado entre as partes, que inclui, dentre outros, a adesão do novo acionista ao Acordo de Acionistas da Companhia. Com a transação, a Spectra passou a deter o total de 1.207 ações que correspondem a 23,58% de participação no capital social da Orizon, não havendo qualquer alteração na participação dos demais acionistas da Companhia. No final de 2020, o acionista Pro-Ambiente Gerenciamento e Projetos Ltda., integralizou no montante de R\$875 via prestação de serviços com emissão de nota fiscal, o capital social que estava pendente de integralização pela mesma. Em 25 de janeiro de 2021 ocorreram os seguintes eventos na Companhia: a) Conversão das debêntures conversíveis da 2ª e 3ª emissão, mediante a emissão de 213 novas ações ordinárias. O aumento de capital social ocorreu contra a rubrica de bônus de subscrição. • Emissão de 81 novas ações, em virtude da entrada do acionista Fundo de Liquidação Financeira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Não Padronizado, representado por sua gestora. • Aprovação por unanimidade do desdobramento de ações, passando cada ação a ser representada por 10 ações. Desta forma, o capital social passou a ser dividido em 54.163 ações. Estas transações geraram impacto de R\$2,00 no Capital Social da Companhia, que passou a ser de R\$544.323 representado por 54.163 ações. **Abertura de capital - Oferta Pública de Ações:** Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia formalizou o aumento de capital social no montante de R\$381.400 mediante a emissão de 17.336 novas ações ordinárias, no valor unitário de R\$22,00, passando a quantidade de ações de 54.164 para 71.500 e montante de R\$544.323 para R\$844.323. Estas novas ações foram objeto da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias. A Oferta Pública de Ações da Companhia ocorreu em 17/02/2021 com preço de R\$22,00 por ação ordinária (ORVR3), tendo a Companhia captado o valor bruto de R\$381.3400 e recebido o valor de R\$359.977 líquido dos custos da transação. b) **Instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis:** No período de 2008 a 2012 a Orizon Valorização de Resíduos S.A. - "Companhia" efetuou três emissões de Debêntures privadas, conversíveis em ações, em favor do Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus, gerido pelo Banco Bradesco BBI - "Debenturista". Abaixo os valores nominais e quantidade de ações correspondentes de cada emissão:

Acionista	Valor	Ações
1ª Emissão de Debêntures	84.917.474	156.638
2ª Emissão de Debêntures	50.000.000	112.362
3ª Emissão de Debêntures	15.919.083	159.159
Total	150.836.557	428.159

Nos anos de 2010 e 2013 o Debenturista efetuou a conversão integral das debêntures da 1ª Emissão e parcial das debêntures da 2ª Emissão. Abaixo o saldo de valores nominais e quantidade de ações para 31 de dezembro de 2021:

Acionista	Valor	Ações
2ª Emissão de Debêntures	14.958.096	53.872
3ª Emissão de Debêntures	15.919.083	159.159
Total	30.877.179	213.031

Em 26 de Julho de 2019 o Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus transferiu para Inovatec Participações S.A. as debêntures ainda não convertidas através de documento assinado entre as partes. Tal transação ocorreu no momento da aquisição das ações do Fundo de Investimentos em Participações Multisetorial Plus pela Inovatec Participações S.A. c) **Reserva especial de água na incorporação:** Em 7 de fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31 de dezembro de 2012, que apresentava o montante de R\$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da Foxx Holding passou a ser de R\$5.838, gerando um aumento de R\$3.023 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia como água na emissão de novas ações. d) **Bônus de Subscrição:** Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R\$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficara registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. e) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R\$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas demonstrações financeiras na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R\$1.304, foi reavaliado para R\$16.999, gerando um efeito bruto de R\$15.695 (R\$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%). f) **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal. Em 17 de março de 2021 a controlada Foxx URE JP distribuiu dividendos referentes ao período de 2015 a 2020, que totalizaram R\$8.058. g) **Desdobramento de ações:** A Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 25 de janeiro de 2021, o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 54.163, após emissão e conversão de novas ações na mesma data, conforme supracitado. Assim, a quantidade de ações passou de 5.122 para 54.163, todas as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. O desdobramento altera única e exclusivamente o número de ações de emissão da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 12 da Lei nº 6.404/76, não resultando na modificação do valor total do capital social ou dos direitos conferidos pelas ações de emissão da Companhia a seus titulares. O desdobramento será efetivado de modo a não alterar a participação proporcional dos acionistas no capital social da Companhia e não afetará os direitos e vantagens, patrimoniais ou políticos, das ações de emissão da Companhia. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas, após o efeito do desdobramento de ações, na data da oferta pública de ações, é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações	%	Saldo
Inovatec Participações S.A.	39.763	73,41%	399.605
Fundo Spectra Portinari	12.074	22,29%	121.342
SH 1000 Participações S.A.	479	0,88%	4.812
SGRP Empreendimentos e Participações S.A.	404	0,75%	4.056
Pro-Ambiente Gerenciamento e Projetos Ltda.	140	0,26%	1.411
FIDC NP	812	1,50%	8.165
Outros minoritários (*)	490	0,90%	4.932
Total	54.162	100,00%	544.323

(*) Ações detidas por pessoas físicas.

h) **Lucro líquido (Prejuízo) básico e diluído por ação:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora	Consolidado
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	20.065	23.610
Quantidade de ações ordinárias (1)	71.500	54.164
(Prejuízo) lucro líquido básico por ação	0,28	0,44
Quantidade de ações ordinárias e debêntures conversíveis em ações (2)	71.500	54.164
(Prejuízo) Lucro líquido diluído por ação	0,28	0,44

21. Receita operacional líquida (consolidado):

	Controladora	Consolidado
Receita operacional bruta	494.269	447.537
Deduções da receita bruta		
Programa de Integração Social - PIS	(6.559)	(6.352)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(28.997)	(27.419)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	(17.676)	(17.978)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	(2.956)	(2.392)
Outros impostos	(970)	(1.428)
Total dos impostos incidentes	(57.158)	(55.569)
Vendas canceladas	(1.595)	-
Receita operacional líquida	435.516	391.968

22. Custos e despesas gerais e administrativas:

	Controladora	Consolidado
Custos e despesas por natureza		
Pessoal	(51.450)	(51.450)
Serviços de terceiros	(1.989)	(1.989)
Outros	(1.080)	(1.080)
Total	(54.519)	(54.519)

	Controladora	Consolidado
Custos e despesas por natureza		
Pessoal (salários e ordenados) (1)	(53.138)	(125.613)
Materiais de produção e consumo	(44.808)	(44.808)
Depreciação e amortização	(48.231)	(53.395)
Serviços de terceiros	(29.753)	(39.736)
Aluguéis	(10.061)	(13.116)
Outorgas	(11.099)	(12.135)
Energia (2)	(35.317)	(35.663)
Combustíveis	(13.060)	(13.175)
Fretes	(1.402)	(1.402)
Contingências	-	(2.457)
Outros	(9.730)	(3.799)
Total	(256.599)	(355.029)

(1) Nesta rubrica foi reconhecido o montante referente a pagamento baseado em ações liquidado em caixa, no montante atualizado de R\$41.788 em 31 de dezembro de 2021. (2) Nesta rubrica está classificado o montante referente à aquisição de energia elétrica pela controlada indireta Foxx URE-BA durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

23. Receitas e despesas financeiras:

	Controladora	Consolidado
Receitas financeiras		
Ajuste a valor presente	758	110
Varição cambial ativa	-	2.234
Rendimentos de aplicações financeiras	4.614	5.727
Descontos financeiros obtidos	-	81
Outras receitas financeiras	-	137
Impostos incidentes	(464)	(17)
Total	4.908	26.520
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(53.722)	(87.508)
Varição cambial passiva	-	(1.160)
Juros de empréstimos e financiamentos	(51.606)	(40.609)
Multa e juros	-	(15.169)
Comissão fiança	-	(10)
Desconto concedido	-	(341)
Baixa de saldos por cessão de dívidas	-	(2.596)
Amortização de gastos diferidos na captação de recursos (1)	-	(20.057)
Custo de pré pagamento de dívidas (2)	-	(11.560)
Outras despesas financeiras (3)	(595)	(10.578)
Total	(105.923)	(138.705)
Resultado financeiro, líquido	(101.015)	(99.177)

(1) Nesta rubrica foi reconhecida a amortização do gasto diferido na captação de recursos do Credit Suisse. (2) Nesta rubrica está classificado o gasto financeiro realizado em razão do pagamento antecipado da dívida contraída junto ao Credit Suisse. (3) Nesta rubrica estão reconhecidos os efeitos da seção de dívida da Synthesis para credores via aumento de valor da dívida, conforme (nota 8).

24. **Informações por Segmento:** Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Tratamento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/ WTE	Engenharia Ambiental	Total
Receita operacional líquida	266.697	103.476	39.157	26.186	435.516
Custo dos serviços prestados	(133.570)	(8.899)	(34.378)	(26.357)	(203.204)
Lucro bruto antes da depreciação	133.127	94.577	4.779	(171)	232.312
Custos de depreciação	-	-	-	-	(53.395)
Lucro bruto	-	-	-	-	178.917

	Tratamento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/ WTE	Engenharia Ambiental	Total
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	-	-	-	-	(98.430)
Outras receitas, líquidas	-	-	-	-	(1.529)
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	-	(99.957)
Resultado financeiro	-	-	-	-	26.520
Receitas financeiras	-	-	-	-	(125.697)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(99.177)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	724
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	(19.495)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(37.534)
Corrente	-	-	-	-	1.520
Diferido	-	-	-	-	(55.509)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	23.610

	Tratamento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/ WTE	Engenharia Ambiental	Total
Receita operacional líquida	247.771	70.424	50.954	22.819	391.968
Custo dos serviços prestados	(123.997)	(3.989)	(50.798)	(17.767)	(196.551)
Lucro bruto antes da depreciação	123.774	66.435	156	5.052	195.417
Custos de depreciação	-	-	-	-	(48.619)
Lucro bruto	-	-	-	-	146.798

	Tratamento e destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/ WTE	Engenharia Ambiental	Total
Receitas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	-	-	-	-	(49.920)
Outras receitas, líquidas	-	-	-	-	5.822
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	-	102.700
Resultado financeiro	-	-	-	-	26.474
Receitas financeiras	-	-	-	-	(82.331)
Despesas financeiras	-	-	-	-	(55.857)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	-	578
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	47.421
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	(23.297)
Corrente	-	-	-	-	(514)
Diferido	-	-	-	-	23.610
Lucro do exercício	-	-	-	-	23.610

25. **Compromissos (consolidado):** **Certificados de redução de emissão:** A Companhia possui créditos de carbono negociados em contratos de curto e médio prazo. Conforme detalhado na nota 6, em 2021 e 2020 as controladas indiretas CTR NI, Ecopesa e CTRA e firmaram novas negociações de créditos de carbono, além da Foxx URE-JP que já possuía contrato ativo. Atualmente o saldo de créditos de carbono a receber é de R\$65.497. **Comercialização de biogás:** A Companhia através de suas controladas, possui contratos para fornecimento de biogás gerado nas operações de tratamento e destinação de resíduos no ecomarques, em regime de exclusividade, devendo disponibilizar todo o gás gerado na operação para estes contratos. Os saldos a realizar atualmente montam R\$3.203. **26. Instrumentos financeiros:** a) **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	295	295
Títulos e valores mobiliários	236.496	236.496
Debêntures	-	-
Contas a receber de clientes	27.027	27.027
Contas a receber de partes relacionadas	11	11
Depósitos judiciais e cauções	295	295
Passivos financeiros		
Fornecedores	126	126
Empréstimos e financiamentos	658.938	658.938
Arrendamentos	-	-
Contas a pagar a partes relacionadas	60.708	60.708
Outorgas a pagar	-	-
Adiantamento de clientes	-	-

	Controladora	Consolidado
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Títulos e valores mobiliários	5	5
Debêntures	-	-
Contas a receber de clientes	8.110	8.110
Contas a receber de partes relacionadas	-	-
Depósitos judiciais e cauções	5.982	5.982
Passivos financeiros		
Fornecedores	812	812
Empréstimos e financiamentos	553.610	466.101
Contas a pagar a partes relacionadas	107.763	98.043
Outorgas a pagar	-	-
Adiantamento de clientes	-	-

A Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrendamento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferente das taxas de mercado. b) **Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia: *Nível 1* - Os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como *Nível 1*. *Nível 2* - Os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo *Nível 1* que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do *Nível 2* incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são todos classificados como *Nível 2*.



Orizon Valorização de Resíduos S.A.

CNPJ: 11.421.994/0001-36

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31/12/2021 e 2020 - (Em milhares de reais)

ções disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes Orizon Meio Ambiente-ótes para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) **Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementadas e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada indireta CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados aos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a Copesa e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de repêrimento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Controladora						
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	295	-	-	-	-	295
Títulos e valores mobiliários	227.328	-	-	-	9.168	236.496
Partes relacionadas	-	-	-	-	27.027	27.027
Total	227.623	-	-	-	36.195	263.818
Consolidado						
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	2.917	-	-	-	-	2.917
Títulos e valores mobiliários	398.458	-	-	-	9.041	407.499
Contas a receber de clientes	-	74.683	88.679	14.660	-	178.022
Total	401.375	74.683	88.679	14.660	9.041	588.438
Controladora						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos financeiros	126	-	-	-	-	126
Fornecedores	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	658.938	-	658.938
Partes relacionadas	-	-	16.829	43.879	-	60.708
Total	126	-	16.829	702.817	-	719.772
Consolidado						
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos financeiros	41.430	2.289	91	-	-	43.810
Fornecedores	1.404	2.807	12.633	171.295	368.137	556.276
Empréstimos e financiamentos	794	1.588	7.145	11.431	-	20.957
Arrendamentos	12.641	-	-	-	-	12.641
Outorgas a pagar	1.683	3.366	15.146	-	-	20.195
Adiantamento de clientes	57.952	10.050	35.015	182.726	368.137	653.879

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (default) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (ratings) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 havia saldo de

Leonardo Roberto Pereira dos Santos - Diretor - CPF 218.498.438-80

Jessé Gonçalves de Lima Andrade - Contador - CRC/RJ 115836/O-8 - CPF 114.816.477-41

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Orizon Valorização de Resíduos S.A.** Rio de Janeiro - RJ.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperabilidade de ágio gerado em combinações de negócios:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., ágio por expectativa de rentabilidade futura, o qual deve ser testado anualmente para determinar se houve perda do valor recuperável, independentemente de indícios de deterioração, conforme nota 11. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade destes ativos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade, bem como ser baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e de suas controladas para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação da metodologia utilizada pela diretoria para projetar os fluxos de caixa descontados; (ii) a utilização de especialistas em modelos de valorização para nos ajudar a avaliar e testar o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologia utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro das unidades geradoras de caixa nas quais os ágios foram alocados; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável dos ágios. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ágios, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos ágios adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui contabilizado, por meio de sua controlada Orizon Meio Ambiente S.A., imposto de renda e contribuição social diferidos, constituído substancialmente sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia deve anualmente avaliar a projeção de lucros tributáveis futuros para fins de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme nota 6.d. Esse teste anual foi avaliado como um dos principais assuntos de auditoria, considerando a magnitude dos valores envolvidos e o fato do processo de avaliação da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos ser complexo e envolver um alto grau de subjetividade nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como ser baseado em diversas premissas, regularmente subjetivas, que serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e análise da recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferido; (ii) a utilização de especialistas tributários para nos ajudar a avaliar e testar o saldo constituído pela Companhia, bem como o modelo utilizado para mensurar o valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos e as premissas, projeções e metodologia utilizadas; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos; (iv) a realização de uma revisão retrospectiva de projeções anteriores para identificar eventual inconsistência no desenvolvimento de estimativas no futuro; (v) a realização de cálculo independente sensibizando as principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de recuperabilidade, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na determinação do valor recuperável do imposto de renda e contribuição social diferidos. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos constituído pela Companhia, bem como seu correspondente valor recuperável, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios divulgados à sua constituição e as premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota 6.d, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Reconhecimento de receita:** Conforme mencionado na Nota 2.7, a Companhia reconhece suas receitas pelo regime de competência, quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando elas possam ser mensuradas de forma confiável por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia e suas controladas esperam ter direito em troca dos serviços. O processo de reconhecimento de receita da Companhia foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido, entre outros, aos seguintes fatores: (i) ao volume expressivo de transações; (ii) à existência de diferentes naturezas de serviços prestados; e (iii) à relevância dos valores envolvidos. Tais características obrigam a Companhia e suas controladas a possuírem controles e os manterem dentro de uma rotina que seja eficaz para identificar e mensurar a receita dentro da competência adequada. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos processos internos da Companhia para mensuração e reconhecimento de receita; (ii) a realização de testes substantivos de itens-chave e amostras representativas, incluindo, quando aplicável, a inspeção dos contratos, das notas fiscais emitidas, dos comprovantes dos ser-

viços prestados relacionados às transações selecionadas e dos recebimentos subsequentes; (iii) a realização de testes de corte de vendas e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva prestação dos serviços durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; (iv) análise mensal da receita utilizando dados agregados e desagregados para identificar relações ou movimentações dissonantes às nossas expectativas baseadas em nosso conhecimento da Companhia e do setor; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas notas 2.7 e 21 às demonstrações financeiras. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita, identificamos ajuste de auditoria que não foi registrado pela diretoria tendo em vista a sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas da prestação de serviços e suas respectivas divulgações nas demonstrações financeiras são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Pia Leocádia de Avellar Peralta
Contadora CRC-1RJ01080/O-0

